AS **MULHERES** NA **AGROECOLOGIA** E A AGROECOLOGIA NA VIDA DAS *Mulheres*

MAPEANDO EXPERIÊNCIAS

Brasília, 2018

FICHA TÉCNICA

TEXTOS
Sara Deolinda Cardoso Pimenta

DIREÇÃO
Maria José Morais Costa

COORDENAÇÃO
Eryka Danyelle Silva Galindo

COLABORAÇÃO
Anna Carolina Carvalho Batista Teixeira

PROJETO GRÁFICO, ILUSTRAÇÃO E ARTE FINAL
Iris Comunicação Integrada (67) 3025-6466

FOTOS
Banco de Imagens CONTAG
Imagem e fotos das páginas 33 e 50: ASPTA
Imagem e foto da página 111 (IV ENA): Cíntia Barenho

REVISÃO
Agnaldo Alves
Greice Maciel

GRÁFICA
Cidade Gráfica e Editora Ltda (61) 3552-5066

TIRAGEM
15 mil exemplares

P646m Pimenta, Sara Deolinda Cardoso.
As mulheres na agroecologia e a agroecologia na vida das mulheres : mapeando experiências / Sara Deolinda Cardoso Pimenta. – Brasília: Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares - CONTAG, 2018. –
112 p. : il.

ISBN 978-85-63462-19-0

1. Mulheres trabalhadoras rurais. 2. Agroecologia. 3. Experiências agroecológicas. 4. Feminismo. I. Título. II. Título: Mapeando experiências.

CDU: 631.95

Bibliotecária Tania Maria Kalaitzis Lima CRB 10 / 1561

Sumário

APRESENTAÇÃO **8**

1 – AS MULHERES NA AGROECOLOGIA E A AGROECOLOGIA NA VIDA DAS MULHERES **10**

- O que entendemos por experiências agroecológicas das mulheres? **12**
- Por que nos interessa mapear as experiências agroecológicas das mulheres? **13**
- Mapear as experiências agroecológicas protagonizadas pelas mulheres produz... ..... **14**

2 – AGROECOLOGIA, TRAJETÓRIA ORGANIZATIVA DAS MULHERES RURAIS E O PADRSS: ELEMENTOS ESSENCIAIS PARA A CONSTRUÇÃO DO MAPEAMENTO DE EXPERIÊNCIAS **16**

- Agroecologia: alguns antecedentes **17**
- Agroecologia no Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário **19**
- Elementos da trajetória organizativa das mulheres rurais **21**
- Da luta pela sindicalização à paridade de gênero **22**
- Marcha das Margaridas **24**
- Terra, água e agroecologia **26**
- Sem feminismo não há agroecologia **30**

3 – CAMINHOS PERCORRIDOS NA CONSTRUÇÃO DO MAPEAMENTO DAS EXPERIÊNCIAS AGROECOLÓGICAS DAS MULHERES 34

- Potencialidades e limites do mapeamento de experiências agroecológicas 36
- Sobre as oficinas regionais 37
- Sobre o roteiro 41

4 – MAPEAMENTO DAS EXPERIÊNCIAS AGROECOLÓGICAS DAS MULHERES: UM CAMPO DE APRENDIZAGENS E RESISTÊNCIA 42

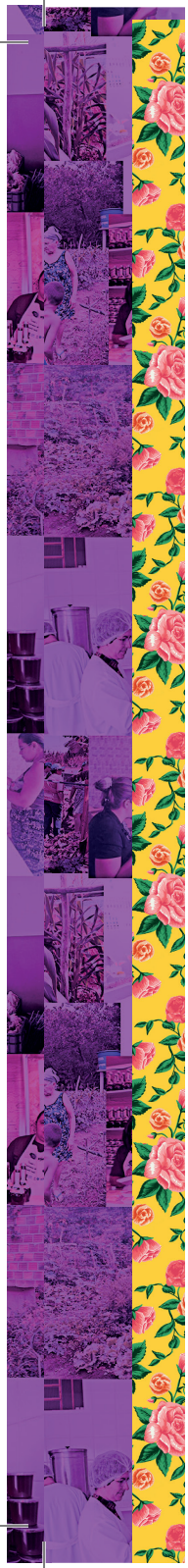
- As experiências mapeadas 43
- Forças motivadoras 48
- Resistência, perseverança e credibilidade 50
- Participação das juventudes 60
- Alimentos saudáveis, livres de agrotóxicos e transgênicos 62
- Nos quintais e dos quintais para os roçados 68
- Sementes: tradição, resistência e saberes 71
- Convivência com o semiárido 75
- Diversidade produtiva 81

- Comunidades tradicionais e agroextrativismo 82
- O destino da produção 87
- Construção social de mercados 89
- Organização de Controle Social (OCS) 94
- Programas de compras públicas – PAA e PNAE 96
- Organização, parcerias e trabalho em rede 99
- Apoio e parceria do MSTTR 101
- Construção do conhecimento agroecológico 104

5 - PARA SEGUIR NA TRAJETÓRIA AGROECOLÓGICA – DESAFIOS E PERSPECTIVAS **106**

REFERÊNCIAS **114**

Apresentação



Companheiras,

É com muito entusiasmo que apresentamos a publicação *As Mulheres na Agroecologia e a Agroecologia na Vida das Mulheres – Mapeando Experiências*. Nela reunimos o resultado do processo de mapeamento das experiências agroecológicas das mulheres agricultoras familiares, realizado ao longo do segundo semestre de 2017.

Queremos destacar que mais do que um guia, que mapeia e informa como as mulheres têm protagonizado a construção da agroecologia em seus territórios, esta publicação é um instrumento político. Por meio dela, visibilizamos e afirmamos a importância do trabalho e luta da mulherada do campo, florestas e águas na construção da agroecologia e da soberania alimentar e nutricional, bases estruturantes para a consolidação do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário.

Os caminhos percorridos na construção do mapeamento das experiências foram definidos e trilhados coletivamente, sob a coordenação da Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais e da Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais Agricultoras Familiares da CONTAG. Para isso, realizamos as *Oficinas Regionais sobre a Organização Produtiva e Construção da Agroecologia pelas Mulheres Rurais*, que animaram e orientaram todo o processo de mapeamento das experiências agroecológicas das mulheres, desenvolvido a partir de visitas, encontros e outras atividades que favoreceram a reunião de informações sobre as experiências.

Por tudo isso, podemos dizer que estas são páginas escritas, coloridas e construídas com o envolvimento de muitas mãos, muitas vidas que fazem da agroecologia uma fonte de bem viver. Mãos de mulheres que cuidam da terra e dos bens comuns, cultivam alimentos saudáveis, resgatam e valorizam as culturas alimentares e os modos de vida camponeses, desafiando-se a construir dia a dia a soberania e segurança alimentar e nutricional. Vidas de mulheres, vidas de muito valor, que mesmo sendo alvo de diferentes formas de violência, fazem diariamente a luta feminista por justiça, autonomia, igualdade e liberdade, recriando o fazer agroecológico, anunciando que: **“Sem feminismo não há agroecologia”**.

Desejo uma prazerosa e renovadora leitura, que ela nos inspire à luta!!!

Mazé Morais
Secretária de Mulheres Trabalhadoras Rurais
Agricultoras Familiares

1 – AS MULHERES NA AGROECOLOGIA E A AGROECOLOGIA NA VIDA DAS MULHERES

É preciso destacar, nas primeiras linhas desta cartilha, que as mulheres assumem historicamente um papel fundamental na construção da agroecologia. As experiências agroecológicas são desenvolvidas desde sempre a partir do trabalho das mulheres em seus quintais, fonte permanente de alimentos para a família, verdadeiras áreas de experimentação de variedades de sementes e mudas, de domesticação e manejo de diferentes espécies.

Em várias experiências, as práticas agroecológicas desenvolvidas nos quintais chegaram aos roçados com a implantação de processos de transição agroecológica, recuperação de áreas degradadas e adoção de sistemas agroflorestais, de modo a resgatar e recompor a biodiversidade.

Por outro lado, é comum encontrar situações em que convivem, não sem conflitos, os quintais agroecológicos e as roças cultivadas de forma convencional. Também ocorrem conflitos acirrados, com diferentes formas de desrespeito e violência, principalmente a partir do engajamento das mulheres nos processos participativos, da sua conquista de autonomia pessoal e financeira.

Embora as mulheres rurais atuem em todo o processo produtivo, historicamente seu trabalho não tem o devido reconhecimento, seja na família, nas instituições e na sociedade em geral. O entendimento de que o trabalho da mulher na agricultura é provisório e meramente complementar ao trabalho masculino, enraizou-se de tal forma na sociedade, que ainda persiste nos dias atuais a desvalorização e falta de reconhecimento do trabalho das mulheres. Pesam sobre elas o acúmulo das atividades produtivas com os trabalhos domésticos e de cuidados e a sua exclusão dos processos decisórios e de gestão da organização produtiva familiar.

Ainda que as mulheres tenham construído trajetórias de organização e luta, tenham protagonizado as maiores mobilizações públicas da história do país, que a agricultura familiar dependa do seu trabalho, mesmo assim tem sido alvo de descrédito e falta de reconhecimento. A importância das mulheres na economia familiar continua colocada na invisibilidade, muitos são os obstáculos encontrados para fazer valer seus projetos, e com muita dificuldade conseguem apoio e acesso a alguma política para viabilizar a organização produtiva e sua inserção nos processos de comercialização.

O que entendemos por experiências agroecológicas das mulheres?

São aquelas experiências desenvolvidas pelas mulheres do campo, da floresta e das águas nos processos de transição e produção agroecológica, voltadas para preservação da biodiversidade, para a conservação e regeneração dos solos e das águas, para a produção de alimentos saudáveis, por meio de práticas e tecnologias que conservam o meio ambiente e preservam os recursos naturais.

Processos de transição se referem às mudanças graduais do modelo de agricultura convencional dependente do mercado de insumos químicos e agrotóxicos, para as práticas agroecológicas que não fazem uso de agrotóxicos, utilizam recursos renováveis, com baixo uso de insumos comerciais.

As experiências agroecológicas mapeadas nasceram pela iniciativa das mulheres e por estas são desenvolvidas, seja de forma individual, familiar ou coletiva. São realizadas exclusivamente por mulheres, ou por mulheres e homens, mas com expressivo protagonismo das mulheres.

A iniciativa e o trabalho desempenhado pelas mulheres agricultoras familiares se dão nas diferentes fases do processo produtivo, desde a preservação das sementes e da biodiversidade, à organização da produção e comercialização. Nesse processo há dinâmicas de sociabilidade que compõem a vida familiar e na comunidade, como as trocas de saberes e de produtos, os cuidados com a saúde mediante o cultivo e uso das ervas medicinais.

As práticas agroecológicas buscam resgatar e valorizar os saberes tradicionais, voltam-se para os cuidados com a saúde e o bem viver, e além do modo de produzir se importam com o modo de se relacionar na agricultura. Isso quer dizer que, para além de preservar o meio ambiente, adotar técnicas de manejo para produzir alimentos saudáveis, livres de agrotóxicos, praticar agroecologia implica estabelecer relações na família, nas organizações de base e na comunidade, baseadas no reconhecimento mútuo, no compartilhamento das tarefas e respeito à autonomia das mulheres.

Contudo, esse processo não está isento de conflitos, e por isso mesmo é permeado por sentimentos, percepções, emoções e reações que compõem os processos de mudança. Trata-se, pois, de relações interpessoais e coletivas, relações de poder, mas de resistência, que podem evoluir de relações de dominação, para relações de compartilhamento e solidariedade.

As experiências agroecológicas constroem cotidianamente o Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário defendido pelo movimento sindical de trabalhadores rurais, agricultores e agricultoras familiares.

Por que nos interessa mapear as experiências agroecológicas das mulheres?

As lutas dos movimentos de trabalhadoras rurais sempre pautaram o reconhecimento do trabalho desempenhado pelas mulheres, tanto na produção da agricultura familiar quanto nas esferas do cuidado e do trabalho doméstico.

Já nos anos 80, no contexto sindical, as mulheres ergueram a bandeira reconhecimento como trabalhadoras rurais, como parte da luta pelo direito à sindicalização e à conquista da previdência rural. Ainda hoje, esta pauta se mantém como fundamental para a organização das agricultoras familiares, sobretudo, na sua articulação com a consolidação do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável (PADRSS), projeto político que orienta a ação sindical e tem como um de seus pilares a construção de uma sociedade com igualdade de oportunidades para as mulheres.

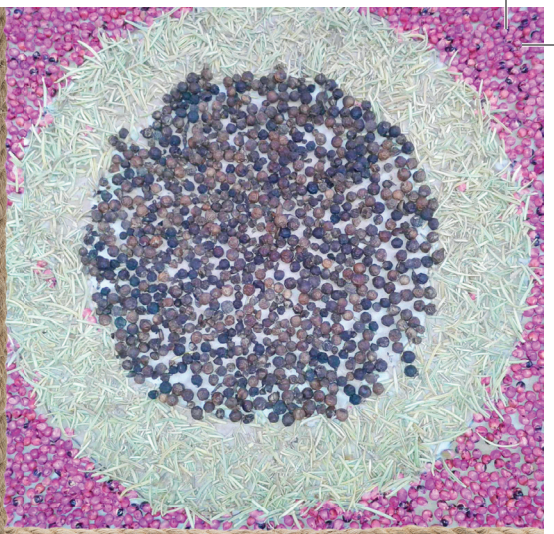
A iniciativa de mapear as experiências agroecológicas protagonizadas pelas mulheres é uma forma potente de manter vivo o debate político sobre o projeto de desenvolvimento. Essa potência emerge da ação, do trabalho das mulheres na agricultura familiar e evidencia não apenas a viabilidade desse projeto, como expõe de forma concreta a sua realização. Por isso, dar visibilidade a essas experiências é um ato político, de resistência, que faz parte da permanente disputa na sociedade entre projetos divergentes e antagônicos de desenvolvimento.

Essas são algumas das motivações que animaram a primeira etapa do processo de mapeamento das experiências agroecológicas das mulheres, ação proposta e coordenada pela Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais e Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais Agricultoras Familiares da CONTAG. Durante o percurso que definiu a proposta de mapeamento, a sua importância foi assim sintetizada:

Mapear as experiências agroecológicas protagonizadas pelas mulheres produz...

- Visibilidade aos saberes e às práticas que as mulheres trabalhadoras rurais, agriculturas familiares do MSTTR, vêm desenvolvendo na construção da agroecologia e nos processos de transição agroecológica.
- Reconhecimento e valorização do protagonismo das mulheres na agroecologia, favorecendo as trocas e intercâmbios de experiências.
- Construção de novas estratégias para assegurar políticas públicas de apoio à produção e comercialização de produtos agroecológicos.
- Fortalecimento da luta em defesa da agroecologia e afirmação da sua importância essencial na construção do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário.

Essa síntese conduz à concepção de desenvolvimento sustentável e solidário que orienta o projeto político do movimento sindical, motivo de formulação e debate permanente das mulheres tanto no interior do movimento, como nos diversos espaços de incidência política do movimento sindical de trabalhadores rurais, agricultores e agricultoras familiares.



DAS
ORGANIZAÇÃO
ACESSO PAVILHÃO

2 – AGROECOLOGIA, TRAJETÓRIA ORGANIZATIVA DAS MULHERES RURAIS E PADRSS: ELEMENTOS ESSENCIAIS PARA A CONSTRUÇÃO DO MAPEAMENTO DE EXPERIÊNCIAS

Antes de mergulharmos nas aprendizagens oferecidas pelo mapeamento das experiências agroecológicas das mulheres, vale a pena discutirmos alguns eixos e conceitos que nos ajudam a entender melhor as experiências. Afinal, é fundamental refletirmos sobre como o termo e a luta pela agroecologia se constroem no Brasil e no mundo; como o sindicalismo rural incorpora a agroecologia no seu projeto político, a partir do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – PADRSS; como a trajetória de organização e a agenda política das mulheres, principalmente no contexto sindical, se encontram com a defesa da agroecologia e do PADRSS; e como as lutas feministas são fundamentais para a agroecologia.

Agroecologia: alguns antecedentes

Embora o uso do termo agroecologia seja relativamente recente, diversas práticas agroecológicas remontam há muitos e muitos anos, e constituem saberes tradicionais que são valorizados e que se buscam resgatar na construção do conhecimento agroecológico.

Muitas dessas práticas e saberes foram desenvolvidos pelas mulheres nos quintais e se tornaram espaços de resistência frente ao contexto de difusão dos pacotes tecnológicos que anunciavam o crescimento da produção e o aumento da produtividade. Áreas de biodiversidade preservada, de agroflorestas, plantios consorciados, deixaram de existir para dar lugar a monoculturas desenvolvidas com o uso de implementos, fertilizantes químicos e biocidas, ou agrotóxicos.

A modernização da agricultura desencadeada nos anos 1960 pela chamada "revolução verde" inaugurou o modelo de desenvolvimento capitalista da agricultura brasileira, articulado com setores do capital internacional, representado e comandado pelo segmento atualmente conhecido como agronegócio.

Denominado "modernização conservadora da agricultura", esse modelo implicou mudanças drásticas nas maneiras de produzir, com a expansão da produção e do mercado de insumos químicos e máquinas agrícolas. Essa modernização passou a ser chamada conservadora, porque não somente manteve inalterada a estrutura fundiária e o poder político no campo, como ampliou a concentração da terra e da renda. Esse modelo provocou um maciço êxodo rural entre 1960 e 1980, com mais de 28 milhões de pessoas que deixaram a área rural, número superior à população da Argentina, e um aumento dramático do número de trabalhadores assalariados temporários, como diaristas e boias-frias. Os conflitos no campo

se acirraram, milhares de famílias foram expulsas das terras, grandes contingentes de trabalhadores e trabalhadoras foram forçados a abandonar seus territórios onde construíram vínculos sociais, identidades e cultura. Nesse contexto não haveria outras consequências senão a pobreza e a fome, falta de alimentos, de terras e de direitos.

Entre os chamados pequenos produtores, muitos embarcaram nas promessas da modernização tecnológica e se viram dependentes do mercado de implementos e agroquímicos das grandes empresas agroindustriais, e das políticas governamentais nada comprometidas com a agricultura familiar.

A orientação produtivista não apenas transgrediu os ciclos naturais dos cultivos para acelerar os resultados da produção, como negou e taxou de improdutivos e atrasados os saberes e práticas tradicionais na agricultura, as formas de manejo da terra e dos recursos naturais, que preservavam o meio ambiente e a biodiversidade. Por outro lado, na formação universitária predominava a perspectiva da transferência de tecnologia, assim como nas empresas de assistência técnica e extensão rural. Não havia materiais que falavam em tecnologias alternativas, muito menos em agroecologia, e grandes empresas de capital internacional financiavam pesquisas para o incremento desse modelo, que se desenvolveu e se tornou dominante na agricultura. Esse quadro ainda se mantém nos dias de hoje em grande parte das instituições de ensino que formam profissionais nas áreas de ciências agrárias sem nenhum conhecimento em agroecologia.

Nesse contexto tão adverso para a agricultura familiar e camponesa, alguns segmentos resistiram, e sobretudo resistiram as mulheres, que seguiram preservando as sementes, cultivando os quintais, garantindo a subsistência das famílias, muitas destas atoladas em dívidas no mercado, nas cooperativas e nos bancos. Nos anos 1980 e 1990, praticamente não se fazia referência à agroecologia, embora fosse praticada e seus princípios fossem difundidos como tecnologias alternativas, ou seja, alternativas ao modelo dominante.

Ao longo dos anos, esse modelo de desenvolvimento avançou com amplo apoio dos governos neoliberais, e o agronegócio se consolidou no Brasil. Em consequência se constata a crescente destruição dos ecossistemas com a expansão das áreas de monoculturas, de campo sem gente, uma agricultura sem agricultores, com uso intensivo de agrotóxicos, e o crescente adoecimento das populações do campo e da cidade.

Agroecologia no Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário

O Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PADRSS) foi concebido nos anos 1990 em um amplo processo de mobilização e debate nas várias regiões do país na perspectiva de orientar a ação política do movimento sindical, considerando os contextos, as lutas e a diversidade de sujeitos políticos no campo.

Aprovado em 1997 pelo 7º Congresso Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, contexto da organização articulada das mulheres para garantir a sua participação nos espaços decisórios e de direção do movimento sindical, a concepção e elaboração do PADRSS tem a marca histórica do engajamento das mulheres.

Desde então, o PADRSS vem sendo construído no cotidiano da ação sindical, nas comunidades, municípios, territórios, e debatido e atualizado para responder às imposições e desafios dos diferentes contextos sociopolíticos.

A concepção de desenvolvimento sustentável se construiu articulando as dimensões social, econômica, cultural, ambiental, territorial, sustentadas pelo direito à terra, ao território, pelo respeito aos bens comuns, por justiça e igualdade nas relações. Assim concebido, o projeto focaliza o campo com gente, a agricultura com agricultoras e agricultores familiares. Implica combater qualquer ação que atente contra vida dos trabalhadores e trabalhadoras, à sua dignidade e integridade física e psicológica, enfrentar e superar todas as formas de opressão, discriminação e violência contra as mulheres.

Contudo, tais propósitos não se realizam sem o respeito fundamental à vida, que integra os ecossistemas, a biodiversidade, o patrimônio genético, o respeito à diversidade cultural, aos saberes tradicionais, às formas de organização e participação política de mulheres e homens, povos do campo, das florestas e das águas. Em outras palavras, trata-se do respeito às trajetórias construídas, do compromisso com a vida presente e futura, vida saudável e bem viver.

Passados vinte anos desde a aprovação do PADRSS, o 12º Congresso dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares não apenas reafirma a concepção de desenvolvimento e os elementos estruturantes do PADRSS, como reconhece a força do engajamento político das mulheres, com a implantação da paridade de gênero na direção da CONTAG. Realizado em um contexto de golpe parlamentar, jurídico e midiático, de ofensiva do agronegócio, do capitalismo neoliberal, contra os direitos e conquistas dos trabalhadores e trabalhadoras, o 12º Congresso abraça o desafio de intensificar a defesa da agricultura familiar em toda a sua diversidade, como pilar do desenvolvimento sustentável e solidário. Assim, reconhece e reafirma o compromisso com seus elementos estruturantes, dentre outros:

"Reforma agrária ampla, massiva, de qualidade e participativa; soberania e segurança alimentar e nutricional; soberania territorial; preservação e conservação ambiental; enfrentamento às estruturas de poder e cultura patriarcal; justiça, autonomia, igualdade e liberdade para as mulheres nas esferas social, econômica e política."

Para as mulheres, nesse contexto de recrudescimento das formas de discriminação e violência de gênero, esse compromisso se renova cotidianamente na articulação das lutas feministas com os processos de transição e construção da agricultura familiar agroecológica, e deve se traduzir na política e nas práticas cotidianas do movimento sindical.

Em carta aberta ao movimento sindical durante o Seminário Nacional sobre Desenvolvimento da Agricultura Familiar, promovido pela CONTAG no período de 18 a 21 de setembro de 2017, as mulheres trabalhadoras rurais, agricultoras familiares, afirmam:

"[...] o debate sobre o conceito da agricultura familiar passa necessariamente pela nossa valorização e reconhecimento do nosso trabalho na produção de alimentos saudáveis, como guardiãs das sementes e da biodiversidade, defensoras da agroecologia, da produção orgânica e do bem viver.

Orientadas pelo acúmulo historicamente construído pelas mulheres do campo, da floresta e das águas, que se expressa desde as práticas cotidianas – na unidade de produção familiar e nos quintais produtivos – até as lutas coletivas fortalecidas pelas Marchas das Margaridas, queremos reafirmar a importância de o movimento sindical assumir a agroecologia como referência para o fortalecimento da agricultura familiar.

A defesa e a promoção de práticas agroecológicas exigem tanto o manejo sustentável, baseado na diversificação e consórcio de culturas, livres de agrotóxicos e transgênicos, quanto mudanças no modo de vida e na construção de relações sociais justas e igualitárias. Assim, sob nossa ótica, não há agroecologia sem feminismo, afinal, não basta respeitar o meio ambiente e diversidade de seres que habitam os solos e as águas, é preciso lutar contra todas as formas de opressão e violência, contra todo o machismo e racismo que ainda impactam sobre a vida das mulheres."

Nesse processo dinâmico de organização e luta, as mulheres construíram entendimentos sobre as estruturas de poder patriarcal que se reproduzem em todos os espaços da vida social, como criaram estratégias permanentes de resistência e incidência política no campo das lutas feministas.

Um breve resgate histórico, de alguns elementos da trajetória das mulheres rurais na agricultura familiar, permite melhor compreender como se constrói a relação das mulheres com a agroecologia e o que significa afirmar "Sem feminismo não há agroecologia".

Elementos da trajetória organizativa das mulheres rurais

Nos anos 1980, contexto de redemocratização do país, emergiram vários movimentos sociais do campo contrários à lógica da "Revolução Verde", resistindo à concentração da terra e na defesa da reforma agrária. Nessa época começavam a surgir as organizações voltadas para tecnologias alternativas e desenvolvimento sustentável, que resultariam nas atuais redes de agroecologia em várias regiões do país.

No campo e na área rural, as mulheres passaram a se organizar em diferentes grupos de base, nos sindicatos e movimentos de mulheres e feministas, que se consolidaram nas lutas em defesa dos direitos das trabalhadoras rurais, em cerca de três décadas de atuação.

No movimento sindical de trabalhadores rurais não foi diferente, e especialmente a partir do 4º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, realizado em 1985, as mulheres desencadearam um amplo processo de organização e participação capaz de transformações irreversíveis no perfil político do sindicalismo rural brasileiro.

Esse contexto de efervescência dos movimentos sociais do campo se amplia na década de 1990, com a expressiva atuação das mulheres, de modo a intensificar as lutas pela reforma agrária, por políticas públicas de apoio à produção e a defesa de projetos de desenvolvimento sustentáveis para o campo.

Ao longo do tempo se intensificam os debates e as formulações de propostas e projetos de desenvolvimento da perspectiva dos trabalhadores e trabalhadoras, em oposição aos cenários de destruição dos recursos naturais e bens comuns, de crescente pobreza no campo, de comprometimento da soberania e segurança alimentar e nutricional, provocados pelo modelo de desenvolvimento dominante.

Nesse processo, as mulheres trabalhadoras rurais, camponesas, agricultoras familiares, trabalhadoras do campo, das florestas e das águas, não apenas consolidaram sua organização em diferentes movimentos, como desenvolveram práticas de articulação entre estes, de modo a ampliar sua capacidade de mobilização e incidência política.

Em luta permanente, as mulheres realizaram mobilizações massivas de denúncia, resistência e reivindicações de direitos e políticas públicas. No contexto atual, de ruptura dos processos democráticos, de atentados contra os direitos conquistados pelas trabalhadoras e trabalhadores, de reinclusão do país no mapa da pobreza e da fome, novos e velhos desafios mobilizam as trabalhadoras rurais.

Da luta pela sindicalização à paridade de gênero

Entre as primeiras lutas articuladas pelo direito à sindicalização, reconhecimento da trabalhadora rural, e a implantação da paridade de gênero nas instâncias de decisão do movimento sindical e na direção da CONTAG, foram muitas batalhas travadas, comissões de mulheres criadas país afora e várias marchas realizadas.

As mulheres trabalhadoras rurais historicamente invisibilizadas, excluídas dos direitos de cidadania, em meados dos anos 1980 se articulam na luta pela sindicalização e se mobilizam para conquistar o direito à aposentadoria e demais direitos sociais. A luta das trabalhadoras se articula, portanto, em duas vertentes: uma interna no movimento sindical e outra na sociedade, articulada com diferentes movimentos de mulheres trabalhadoras rurais e movimentos feministas.

Muitas caravanas a Brasília foram realizadas pelas trabalhadoras rurais no período da Assembleia Nacional Constituinte, com o objetivo de garantir a inclusão de direitos sociais na nova Carta Magna. Como resultado desse processo de mobilização, a Constituição Federal promulgada em 1988 previu o acesso aos direitos previdenciários, como a aposentadoria aos 55 anos e o salário-maternidade, e o direito da mulher à propriedade da terra. Vencida essa etapa, tratava-se de assegurar o acesso a esses direitos, que exigia regulamentações em leis específicas, e a comprovação da atividade rural da agricultora familiar enquadrada no regime da Previdência Social, como segurada especial.

Esta tarefa exigiu das diversas organizações de mulheres um trabalho político de grande envergadura voltado para o reconhecimento da trabalhadora rural, com amplas campanhas de documentação que envolviam diferentes estratégias para informação e formação das trabalhadoras rurais, e de incidência junto a diferentes órgãos públicos, especialmente os cartórios.

Era comum as trabalhadoras rurais se declararem domésticas ou do lar e mencionarem suas atividades agrícolas como ajudas eventuais ao marido, pai ou irmão. Tratava-se de desconstruir essa identidade fundamentada em assimetrias de gênero, que definiram em polos opostos o que seria próprio ao mundo masculino e o que seria atributo feminino.

Nessa lógica, que expressa a estrutura patriarcal da sociedade, a condição de doméstica ou do lar foi de tal forma enraizada que naturalizou e fixou essa identidade como primeira e principal. No polo oposto estava o trabalho na agricultura, próprio do mundo masculino. Em outras palavras, os espaços, as atribuições estavam bem definidas.

O trabalho masculino era considerado produtivo, a ele era atribuído valor, destinava-se a gerar renda, que dava a condição de provedor ao homem, chefe de família. De outro lado, à mulher cabia o espaço da casa, o cuidado com os filhos e a família, e o espaço do quintal como extensão da cozinha. Assim fixadas, as assimetrias de gênero que se estendem a todos os âmbitos da vida definiram hierarquias de valor e de poder, posicionando as mulheres no lugar da desvalorização e de submissão ao poder masculino.

A luta pelo reconhecimento das mulheres como trabalhadoras rurais, pelo acesso aos direitos sociais previstos na Constituição, tratava de

desconstruir essa lógica e ocupou grande parte da agenda das organizações de mulheres nos anos 1990. As análises sobre as relações de gênero elaboradas pelos movimentos feministas foram adotadas nos processos de reflexão e debate sobre a condição das trabalhadoras rurais, e contribuíram para a compreensão dos processos de dominação e para a formulação de estratégias de ação.

Nesse período, as mulheres intensificaram sua articulação para fortalecer e ampliar e organização e participação no movimento sindical. A criação da Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CONTAG, comissões estaduais e municipais foram ações estratégicas fundamentais para a conquista da sua participação nas instâncias e cargos de direção. A implantação da política de cotas, com a composição e no mínimo 30% de mulheres nos cargos de direção e nas instâncias decisórias, e 50% nos cursos e atividades de formação, abriu novo ciclo no movimento sindical. A partir de então, a nova composição do movimento sindical se expressava com crescente força na sua plataforma política com a ampliação das frentes de luta, da incorporação de novos temas às reflexões, debates e formulações. O enfrentamento à violência contra as mulheres nos diversos espaços da vida social expôs as várias formas de exercício do poder, desde a desvalorização do trabalho e desqualificação política, às diferentes formas de assédio e violência.

Certamente, esse processo que colocou em questão concepções e práticas tão enraizadas provocou muitos deslocamentos nas estruturas consolidadas de poder no movimento sindical e foi permeado por fortes tensionamentos.

O movimento sindical não apenas se tornava um espaço de homens e mulheres, mas de problematização permanente das concepções que deveriam incorporar a perspectiva das mulheres,

das práticas cotidianas e das relações que deveriam se pautar pelo respeito e construção da igualdade. Assim, os debates para formulação do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário passava necessariamente pela perspectiva das mulheres e inaugurava novo olhar para o mundo do trabalho e para agricultura familiar. De fato, as mulheres do movimento sindical davam passos largos para a realização da primeira Marcha das Margaridas no ano 2000, que articulada com organizações e movimentos feministas, abria o novo ciclo de mobilizações, visibilidade e incidência política das mulheres rurais.

Cerca de vinte anos após a aprovação da política de cotas que garantiu a participação das mulheres nas instâncias de decisão e nos cargos de direção do movimento sindical, o 11º Congresso Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais aprovou a implementação da paridade de gênero na composição da direção da CONTAG, a partir de 2017. Um longo processo de reflexão e debate antecedeu a adoção da paridade, com o entendimento da justa e necessária igualdade na representação política entre homens e mulheres. A paridade significa, pois, igualdade de condições materiais e imateriais no exercício da representação, que deve se pautar pelo reconhecimento e respeito à atuação política das mulheres.

MARCHA DAS MARGARIDAS

As Marchas das Margaridas realizadas a partir de 2000 expressam a capacidade política de construir articulações e consolidar parcerias, de mobilização e incidência política das mulheres trabalhadoras organizadas no movimento sindical. Consolidada como uma ação permanente na agenda política das mulheres rurais, já está em pleno processo de construção a sexta Marcha das Margaridas, que terá sua grande mobilização em 2019. Ao longo desses anos, seu caráter de resistência e denúncia, de formação política, proposição e reivindicação de políticas públicas, se fez expressar em diversas mobilizações por todo o país, em plataformas e pautas de reivindicações de acordo com os contextos e conjunturas sociopolíticas.

A primeira Marcha, com o lema "Contra a Fome, a Pobreza e a Violência Sexista", desafiou o descrédito de setores do movimento sindical em relação à capacidade política das mulheres, mobilizando cerca de 20 mil trabalhadoras rurais em Brasília, a maior mobilização de toda a história do movimento sindical. Realizada em uma conjuntura de avanço do neoliberalismo, aliou o forte caráter de denúncia das consequências desse modelo na vida das mulheres a uma pauta de reivindicações apresentadas ao governo federal.

Nas Marchas que se seguiram, entre 2003 e 2011, as plataformas e pautas de reivindicações expressaram os acúmulos políticos resultantes do campo de diálogos construído com as organizações parceiras e a crescente incidência política nos espaços de debate, concepção, negociação e gestão de políticas públicas. A plataforma da Marcha das Margaridas, organizada em eixos temáticos dinamicamente articulados, expressa a concepção de desenvolvimento da perspectiva das mulheres do campo, das florestas e das águas. As pautas de proposições e reinvindicações são igualmente organizadas por eixos temáticos para serem debatidas e negociadas, principalmente com o governo federal.

A cada Marcha, a plataforma apresentada em um caderno de textos para estudos e debates tem sido revista e atualizada em um amplo processo de debate, que se estende por mais de um ano em preparação à grande manifestação pública, realizada a cada quatro anos em Brasília.

A partir da Marcha de 2003, as condições de diálogo e os espaços de participação social se ampliaram com o novo governo comprometido com as lutas sociais. A criação de diversos espaços de participação da sociedade civil, como conferências, fóruns, comitês, conselhos, comissões e grupos de trabalho, favoreceu as articulações entre os movimentos e fortaleceu a capacidade de incidência política na perspectiva do atendimento às reivindicações das mulheres trabalhadoras.

Nesse contexto, as Marchas das Margaridas de 2003, 2007 e 2011, além de conquistar visibilidade e reconhecimento das mulheres rurais, alcançaram resultados concretos na forma de programas, políticas e medidas adotadas para o atendimento às reivindicações.

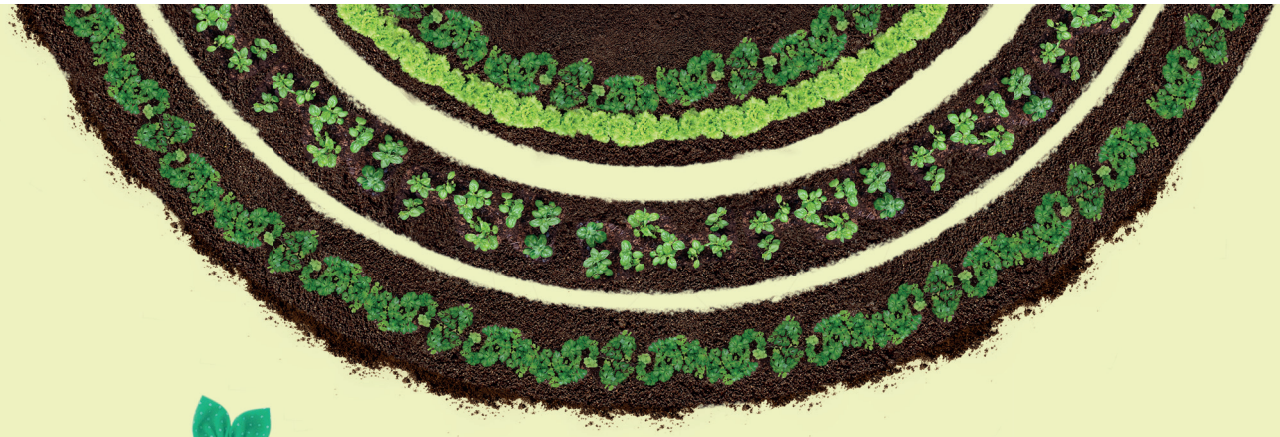
Dentre esses resultados se destacam a garantia da titularidade conjunta da terra; diretrizes e instrumentos de política para o enfrentamento à violência; os programas de documentação e de apoio à organização produtiva; programas de crédito e ATER para mulheres; medidas para garantir o acesso das mulheres aos programas de compras públicas como o PAA e PNAE, e a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica.

A Marcha das Margaridas de 2015 demonstrou o avanço político das mulheres rurais, sua capacidade de resistência em outro contexto, de iminência do golpe parlamentar, jurídico e midiático que viria se concretizar com a deposição da Presidenta da República no ano

seguinte. Nesse contexto, a Marcha das Margaridas de 2015 expressou todo o repúdio às pressões sobre a Presidenta Dilma, a todas as formas de discriminação e ofensas à mulher Presidenta da República. Consumado o golpe, a Marcha das Margaridas prosseguiu, com ações de resistência à perda dos direitos conquistados e denúncia das consequências dos desmontes das institucionalidades criadas para construir e efetivar as políticas públicas para as mulheres trabalhadoras do campo, da floresta e das águas

O atual contexto de ruptura do processo democrático, de violações aos direitos conquistados e graves ameaças à vida das mulheres, impõe a necessidade de rever estratégias para fortalecer as frentes de luta, garantir e ampliar o que se conquistou.

Com a garra e ousadia de sempre, as mulheres do campo, da floresta e das águas seguem em Marcha, em resistência nas comunidades, nos territórios, onde protagonizam experiências que comprovam que é possível realizar desenvolvimento sustentável e solidário nos processos de transição e construção da agroecologia.



Terra, água e agroecologia

Cada Marcha das Margaridas expressa na sua plataforma política e pauta de reivindicações os acúmulos em termos de articulação e formulação política. As Marchas não seguem um caminho em linha reta, não são puras repetições e muito menos podem ser vistas como um processo progressivo de acúmulo das conquistas. Elas são construídas a partir das dificuldades, tensões e potenciais presentes nas diversas esferas organizativas e, sobretudo, estão integradas ao contexto histórico e às conjunturas sociopolíticas em que se realizam.

Além disso, entre a formulação de reivindicações, a construção de uma política e a concretização desta política na vida das mulheres, há avanços e retrocessos, e diferentes obstáculos. Por isso as proposições e reivindicações retornam e parece não haver avanços, quando na verdade há um acúmulo político que permite sustentar a concepção de desenvolvimento da perspectiva das mulheres em contextos de intensas disputas de concepção e projetos políticos de desenvolvimento para o campo. Contudo, são as experiências reveladoras de resistência e perseverança das mulheres que impulsionam e sustentam o acúmulo político da Marcha das Margaridas. Um breve resgate das Marchas das Margaridas, da perspectiva da agroecologia, é revelador dessa dinâmica que atualmente compõe o processo de construção da Marcha a se realizar em 2019.

O texto-base da Marcha das Margaridas de 2000 denuncia as consequências do modelo neoliberal na vida das mulheres, que gera fome, pobreza e violência; ressalta a importância das mulheres na economia familiar e a necessária valorização das formas de manejo, utilização e conservação dos recursos naturais desenvolvidas pelas agricultoras. Para tanto, reivindica o acesso das mulheres à terra, água e políticas públicas de apoio à produção, e sua participação no processo de construção dessas políticas.

Em 2003, as mulheres denunciam as consequências socioambientais dos grandes projetos, a destruição da biodiversidade e do patrimônio genético, as consequências do uso intensivo de agrotóxicos, das sementes e alimentos transgênicos. A abordagem das questões ambientais foi aprofundada, como foi defendida a necessidade da adoção de novo padrão energético e a perspectiva agroecológica para o desenvolvimento sustentável.

A Marcha das Margaridas de 2007 radicaliza a denúncia do caráter excludente, concentrador

da terra e da renda, do modelo de desenvolvimento comandado pelo agronegócio que expande as monoculturas, destrói o meio ambiente, compromete a agricultura familiar, gera fome e o empobrecimento de mulheres do campo e da floresta.

O cumprimento da função social da terra por meio de uma reforma agrária ampla e massiva é reafirmado como condição essencial para vencer a pobreza e construir um país justo, soberano e democrático. A Marcha denuncia os grandes projetos que fortalecem o hidronegócio e a mercantilização da vida, impedem o livre acesso à água como bem essencial à vida e sua disponibilidade para o consumo humano, animal e produção de alimentos.

A Marcha 2007 inaugura o eixo Terra, Água e Agroecologia em sua plataforma política, de modo a articular reivindicações históricas pela reforma agrária e acesso à água a partir de uma concepção de desenvolvimento sustentável com democracia, igualdade, justiça e autonomia para as mulheres. O eixo Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional reafirma como elementos estruturantes a defesa do cumprimento social da propriedade, a realização da reforma agrária e a defesa da água como bem comum. Associado a estes, destaca-se a importância da valorização dos saberes tradicionais, da atuação das mulheres na defesa da biodiversidade, do patrimônio genético e da cultura alimentar.

A produção de alimentos saudáveis e os cuidados com a saúde e o bem viver são assumidos mediante o compromisso de combater o uso de agrotóxicos e transgênicos, e defender a agricultura familiar de base agroecológica e os processos de transição com baixa dependência de insumos comerciais.

O eixo Terra, Água e Agroecologia revela o

acúmulo político das marchas anteriores, mas sobretudo as experiências de organização e lutas históricas das mulheres, com a resistência nos acampamentos, nas frentes de emergência no semiárido, nos quintais que sempre garantiram o sustento e os cuidados com a saúde. Ainda que não se falasse em agroecologia, as mulheres estavam cuidando da biodiversidade, e ainda que restrita aos quintais, preservavam as sementes, e mesmo sem o saber, sempre foram guardiãs do patrimônio genético.

De fato, a Marcha das Margaridas tem contribuído para dinamizar os processos de mobilização e reivindicações de diferentes movimentos e organizações sociais do campo, para além daqueles que a integram. Ou seja, as reivindicações voltadas para o desenvolvimento da agroecologia já integravam a agenda do movimento agroecológico representado pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), que em 2004 criou o Grupo de Trabalho de mulheres da ANA, formado por diversos movimentos e organizações, dentre eles a CONTAG e demais movimentos integrantes da Marcha.

Entre a Marcha de 2007 e a Marcha de 2011, houve um amadurecimento e qualificação das análises e proposições políticas, especialmente

voltadas para a concepção de desenvolvimento, com foco em ações promotoras da agroecologia. Esse avanço expressa o resultado de novas reflexões e o esforço permanente de qualificar a concepção de desenvolvimento e a plataforma política e de luta das mulheres.

A Marcha das Margaridas de 2007 desencadeou um processo de valorização e visibilidade dos grupos produtivos de mulheres na perspectiva de construir apoio à organização produtiva. Esse processo foi potencializado com a realização de um amplo mapeamento dos grupos em todas as regiões do país e apresentado à Diretoria de Políticas para as Mulheres do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) no processo de construção do Programa Organização Produtiva de Mulheres Rurais. Desde então, ficou ainda mais evidenciada, no movimento sindical, a importância de se mapear as experiências protagonizadas pelas mulheres, para dar visibilidade e fortalecer as iniciativas que visam à autonomia econômica e pessoal das trabalhadoras do campo, da floresta e das águas.

A pauta da agroecologia avançou na Marcha das Margaridas de 2011 com a proposta: "Criar um programa que promova a massificação da transição agroecológica nas unidades familiares de produção". Detalhada em 7 itens, a proposta previa, dentre outros, o apoio à produção agroecológica por meio da garantia de Assistência Técnica (ATER), linhas de crédito, a valorização das iniciativas das mulheres e da juventude, a ampliação de mercados institucionais, a construção e fortalecimento de circuitos curtos de comercialização, como os mercados solidários e as feiras agroecológicas.

Em resposta a essas reivindicações, a Presidenta da República Dilma Rousseff anunciou a criação de um grupo de trabalho com a participação de movimentos sociais e organizações de mulheres para elaborar um Programa Nacional de Agroecologia, que daria origem à criação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO).

Assim, um intenso processo participativo do grupo de trabalho criado a partir da Marcha das Margaridas de 2011 resultou na instituição da Política Nacional de Agroecologia e Produção

Orgânica (PNAPO) por meio do decreto da Presidência da República nº 7.794 de 20 de agosto de 2012, com os seguintes objetivos:

"integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica de base agroecológica, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população, por meio do uso sustentável dos recursos naturais e da oferta e consumo de alimentos saudáveis".

Entre as diretrizes da política, a "contribuição na redução das desigualdades de gênero, por meio de ações e programas que promovam a autonomia econômica das mulheres", que remete a um conjunto de iniciativas, algumas contempladas em programas voltados para o fortalecimento da organização produtiva das mulheres. A garantia de efetivação dessa diretriz, articulada às demais diretrizes da PNAPO, com a proposição de metas, estratégias e iniciativas, com respectivo aporte de recursos, tem demandado um grande investimento dos movimentos de mulheres.

A partir dessas diretrizes tem sido construído o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, atualmente em sua segunda edição, que demanda um processo permanente de elaboração e acompanhamento. Isso, para dizer que a construção de políticas públicas não se resolve com um anúncio ou edição de um decreto, mas para que se concretize na vida das mulheres requer processos permanentes de participação, que fazem parte da agenda de lutas dos movimentos sociais do campo.

Para abordar a organização produtiva agroecológica das mulheres, é necessário um recorte para focalizar o eixo Terra, Água e Agroecologia, e aqueles mais diretamente relacionados à produção. Todavia, é sempre essencial destacar que todos os eixos temáticos estão articulados e cada qual tem sua importância e compõe com os demais o projeto político da Marcha das Margaridas. Isso quer dizer que, assim como na vida das mulheres não se dissociam as dimensões pessoal, social e produtiva, assim também não se dissociam da produção agroecológica os eixos temáticos da saúde, educação, da violência sexista e da participação política.

Dito isso, pode-se afirmar que o foco no eixo terra, água e agroecologia não pode prescindir de como são construídas as relações na família, nas organizações e na sociedade. Não há respeito ao meio ambiente, aos ecossistemas, não há vida saudável, se não se respeita a vida das mulheres; se persistem relações de opressão e formas diversas de violência contra as mulheres; se não se reconhece o seu protagonismo e direito à autonomia pessoal e financeira. Em outras palavras, sem igualdade nas relações de gênero, sem o compartilhamento das atividades domésticas e de cuidados, sem a autonomia, respeito e igualdade para as mulheres, não se constrói agroecologia. Isso significa dizer que "Sem feminismo não há agroecologia".

Sem feminismo não há agroecologia

Sem feminismo não há agroecologia é um lema que emergiu no movimento agroecológico de mulheres e ecoou com grande força durante o III Encontro Nacional de Agroecologia, realizado em maio de 2014 no município de Juazeiro, estado da Bahia. Cerca de 1000 mulheres trabalhadoras do campo, da floresta e das águas demonstraram nas oficinas, manifestações públicas, cartas políticas e na grande plenária de mulheres, que o lema "Sem feminismo não há agroecologia" expressa trajetórias de luta das mulheres rurais e se refere ao que foi construído, ao que está em processo de construção e ao que está por construir.

Durante as oficinas regionais que deram origem ao mapeamento de experiências, ora apresentado, as mulheres refletiram e debateram a relação entre feminismo e agroecologia e ressaltaram a importância de se tornar um tema de frequentes estudos e reflexões para que não apenas se reconheçam como produtoras agroecológicas feministas, como também possam trabalhar esse tema nas comunidades.

O exercício de reflexão e debate identificou três pilares comuns ao feminismo e à agroecologia: movimento, experiência e conhecimento. Essa ordem não significa níveis diferentes de importância desses elementos, pois cada qual estimula e alimenta o outro.

O feminismo se constrói sobre as experiências das mulheres, de resistência e luta contra as diversas formas de opressão, discriminação e violência. É movimento histórico contra a estrutura patriarcal da sociedade, em defesa da igualdade de direitos, pela emancipação e liberdade das mulheres. O feminismo também é conhecimento que

se nutre, se constrói e ao mesmo tempo alimenta a experiência e luta das mulheres. A categoria gênero, por exemplo, foi desenvolvida a partir de uma leitura sobre as relações entre homens e mulheres nos diferentes espaços da vida social, sobre como operam as relações de poder e a estrutura patriarcal da sociedade. Tornou-se um campo vasto de conhecimentos que permitiu não só desnaturalizar os atributos femininos fixados pela cultura patriarcal, que inferiorizam e submetem as mulheres, mas expor diferentes formas de opressão e discriminação, em função da classe social, da raça, etnia, sexualidade, território e outros.

A referência a mulheres de forma geral, mesmo a mulheres de uma mesma categoria, como mulher trabalhadora rural, integra uma diversidade de condições que precisam ser reconhecidas, que geram questões e demandas específicas. Por isso o desafio permanente de reconhecer a diversidade e construir a unidade entre as mulheres, como construir uma pauta comum da Marcha das Margaridas sem desconsiderar a diversidade de condições das mulheres do campo, da floresta e das águas.

A agroecologia é simultaneamente, movimento, experiência e conhecimento. É movimento político em defesa do desenvolvimento sustentável, de resistência contra a ocupação dos territórios pelo agronegócio, pelas mineradoras e grandes projetos, de denúncia da destruição e dos males desse modelo social e ambientalmente criminoso. Trata-se de ações de resistência contra a lógica do agronegócio centrado na monocultura, na destruição da biodiversidade, no uso de agrotóxicos e altos níveis de contaminação dos alimentos, da terra, da água e consequentemente das pessoas do campo e da cidade.

As práticas e experiências de agricultoras e agricultores são os alicerces dos processos de transição e construção da agroecologia que se desenvolvem por meio dos saberes tradicionais e do conhecimento agroecológico. Além de técnicas de produção e manejo, a agroecologia se refere ao modo de se relacionar entre as pessoas e destas com todo o meio ambiente. Articula, portanto, a agricultura familiar, organizações de base, movimentos sociais, instituições de pesquisa, ensino e de assessoria técnica.

A diversidade é uma característica essencial da agroecologia que não se constrói sem a preservação da biodiversidade, sem o reconhecimento da diversidade territorial, de ecossistemas, de condições e identidades socioculturais.

"Sem feminismo não há agroecologia" significa que não há agroecologia sem respeito, igualdade, autonomia e liberdade das mulheres. Os significados desse lema devem ser traduzidos em ações concretas, nas relações, práticas e experiências que compõem o processo de construção da agroecologia. Enquanto houver qualquer forma de violência contra as mulheres, seja psicológica, física, sexual, patrimonial, a construção da agroecologia está comprometida.

Reconhecer o protagonismo das mulheres na agroecologia, respeitar suas inciativas e experiencias é fundamental. Todavia, é preciso avançar no compartilhamento do trabalho doméstico, que sobrecarrega as mulheres e do qual depende toda a família.

Por todo o país, em várias iniciativas, as mulheres refletem, debatem e entoam "Sem feminismo não há agroecologia". Durante o percurso metodológico que deu origem ao mapeamento das experiências em agroecologia, foram apresentadas e debatidas as iniciativas em curso de adoção das Cadernetas Agroecológicas e da realização da Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia.

As Cadernetas Agroecológicas implementadas por várias redes e organizações de mulheres é um instrumento potente para registrar a mensurar a renda oriunda da produção nos quintais. É uma iniciativa do Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-MG). que tem sido adotada em várias regiões do país a partir do GT Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia. Além de dar

visibilidade e mensurar a produção das mulheres nos quintais, destinada tanto ao autoconsumo como à venda, troca e doação, as Cadernetas Agroecológicas estimulam a problematização sobre o trabalho, as relações e a importância da mulher na economia familiar. Nessa perspectiva, tem se revelado um instrumento de grande alcance, porque associa o reconhecimento e valorização do trabalho das mulheres a dimensões da vida das mulheres, que abrangem, entre outros, a divisão justa do trabalho doméstico e a vida livre de violência. Todo esse trabalho se traduz no lema "Sem feminismo não há agroecologia".

As mulheres agricultoras do Polo da Borborema, região Agreste do estado da Paraíba, há alguns anos realizam no Dia Internacional da Mulher a Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia. O foco da Marcha tem sido a denúncia da violência contra as mulheres e a valorização do trabalho das agriculturas na produção de alimentos saudáveis.

Em março de 2018 foi realizada a IX Marcha no município São Sebastião de Lagoa de Roça, que mobilizou mais de 5 mil mulheres e envolveu o trabalho realizado ao longo dos anos por uma rede de mulheres agricultoras-experimentadoras, que atualmente reúne 1300 mulheres ligadas a 14 sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais de abrangência do Polo da Borborema. Nesse ano, a Marcha Pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia denunciou o impacto do contexto sociopolítico atual, de violação à democracia, aos direitos conquistados, de recrudescimento do machismo, da homofobia e violência na vida das mulheres. A Marcha reergueu a bandeira da divisão justa do trabalho doméstico, e as mulheres rurais reafirmaram "Sem feminismo não há agroecologia".

3 – CAMINHOS PERCORRIDOS NA CONSTRUÇÃO DO MAPEAMENTO DAS EXPERIÊNCIAS AGROECOLÓGICA DAS MULHERES

O mapeamento das experiências agroecológicas das mulheres é um processo que está em curso no movimento sindical de trabalhadores rurais, agricultores e agricultoras familiares. Trata-se da identificação e breve descrição das experiências protagonizadas pelas mulheres, de acordo com um roteiro construído coletivamente. O processo de mapeamento foi desencadeado a partir de outubro de 2017 durante as **Oficinas Regionais Sobre Organização Produtiva e Construção da Agroecologia pelas Mulheres Rurais**.

Essa é a primeira etapa desse trabalho de grande importância para dar visibilidade à atuação das mulheres na construção da agroecologia. Trata-se, então, de um mapeamento parcial, pois seria impossível mapear um campo tão vasto e diversificado de experiências em um curto período. Porém, o que mais importa é o processo de construção do mapeamento, um processo motivador, participativo, articulado à plataforma e agenda de lutas das agricultoras nas organizações de base, nos sindicatos, nas comissões municipais e estaduais de mulheres, na Marcha das Margaridas.

Para realizar o mapeamento nos diversos estados foi utilizado um **roteiro** aperfeiçoado nas oficinas regionais, com o objetivo de facilitar a identificação e descrição da experiência. Dessa forma buscou-se orientar e garantir que informações-chave fossem registradas, e esse trabalho de sistematização das informações dessa etapa do mapeamento fosse realizado.

Cada secretaria ou coordenação estadual de mulheres construiu estratégias para realizar o mapeamento, de acordo com o seu contexto organizativo, tomando em consideração a diversidade territorial e identitária, e as condições operativas da comissão estadual, comissões regionais e municipais de mulheres.

O exercício de mapear as experiências é ação de resistência, é denúncia e é anúncio. Denúncia das condições em que as experiências são desenvolvidas, da falta de terra, de água, da falta ou insuficiência de políticas públicas. Anúncio de que é possível fazer diferente na agricultura familiar com outra lógica produtiva, orientada pelo bem viver, por relações de respeito e solidariedade, pela articulação de parcerias e trabalho em rede.

O mapeamento, assim concebido, é uma ação política implementada pelas secretarias ou coordenações de mulheres de cada Federação de Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar e coordenado pela Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais, Agricultoras Familiares da CONTAG.

Potencialidades e limites do mapeamento de experiências agroecológicas

Como já foi dito, o mapeamento realizado consistiu na identificação e reunião de informações sobre experiências agroecológicas. Esse trabalho se distingue do que se chama sistematização de experiências, e fazer essa distinção é essencial para identificar as potencialidades e limites de um mapeamento.

Enquanto o mapeamento busca ordenar informações, e o faz de forma objetiva e sucinta, a sistematização de experiências envolve um trabalho mais complexo que passa por identificar o contexto socioeconômico e cultural, as pessoas envolvidas, os processos pessoais e coletivos implicados nas dinâmicas organizativas e relacionais que compõem as experiências.

A sistematização de experiências requer um trabalho mais intenso e profundo, um mergulho no contexto, para captar as diferentes dimensões da experiência, objetivas e subjetivas, pessoais, interpessoais e coletivas. Por isso, a sistematização de experiências é entendida como uma metodologia participativa de construção social do conhecimento, que envolve diferentes técnicas e dinâmicas que permitem captar e refletir sobre as múltiplas dimensões que se articulam e compõem as experiências.

O mapeamento não faz esse aprofundamento no contexto e tem uma abordagem mais geral. Contudo, trata-se de uma iniciativa potente para identificar e visibilizar as experiências protagonizadas pelas mulheres. Além disso, permite identificar aspectos essenciais para refletir sobre o que as experiências agroecológicas promovem na vida das mulheres. Nesse processo é importante ter em mente que as experiências mudam com os contextos, envolvem múltiplas relações, sentimentos, emoções, saberes, realizações, conhecimentos e estão em permanente construção.

Sobre as oficinas regionais

A organização produtiva das mulheres rurais e seu protagonismo na agroecologia foram os temas centrais das oficinas regionais realizadas em Fortaleza, Brasília e Belém entre outubro e novembro de 2017.

Em cada uma das oficinas, durante três dias foi possível construir espaços e tempos de observação, escuta e diálogo sobre as trajetórias e experiências das mulheres agricultoras em diferentes contextos socioambientais. O percurso metodológico construído fez convergir as reflexões e debates para a importância estratégica de se construir no movimento sindical um mapeamento das experiências agroecológicas das mulheres.

As trajetórias organizativas e de lutas feministas e sindicais das mulheres trabalhadoras do campo, da floresta e das águas comprovam a importância política da visibilidade, que provoca o debate, denuncia e anuncia, é resistência, avanço e possibilidade concreta de conquistar autonomia e igualdade.

Com essa compreensão, o percurso metodológico das oficinas regionais foi realizado em quatro grandes momentos permeados por forte sintonia, diálogos, saberes, amizade, alegria e esperanças renovadas.

Oficina das Regionais Centro-Oeste, Sudeste e Sul – Brasília/DF

Oficina Regional Nordeste – Fortaleza/CE

Oficina Regional Norte – Belém/PA

1º Momento
Exposições dialogadas, reflexões e debate sobre o tema “Sem feminismo não há agroecologia”

Nesse momento foi possível conhecer e refletir sobre a agroecologia articulada às lutas das mulheres contra as formas de opressão e discriminação, por reconhecimento, autonomia e liberdade. Trajetórias que se encontram e convergem nas plataformas e incidência política das mulheres organizadas no movimento sindical compuseram o painel de exposições de companheiras do Polo Sindical da Borborema, Paraíba; Rede de Mulheres Empreendedoras da Amazônia (RMERA); Rede Xique-Xique e do Grupo de Trabalho das Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (GT Mulheres da ANA).

Os elementos trazidos ao debate contribuíram para melhor compreensão da relação entre feminismo e agroecologia. As mulheres constataram que essa relação se constrói na resistência e luta cotidiana, pelo reconhecimento do seu trabalho, contra todas as formas de opressão, por justiça, autonomia e igualdade. Para que se aumente essa compreensão, as mulheres ressaltaram a necessidade de se ampliar as reflexões e debates sobre a relação entre feminismo e agroecologia, nos diversos espaços formativos, desde as comunidades, comissões de mulheres e cursos de formação.

Assim se concretizaram os objetivos desse momento, voltados para o debate sobre agroecologia e sobre feminismo, e principalmente como são articulados para compor a afirmativa “Sem feminismo não há agroecologia”. Esse debate sempre remete à concepção de desenvolvimento da perspectiva das mulheres rurais, e no âmbito do movimento sindical, à concepção de desenvolvimento no Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário. Assim, é indissociável não apenas de uma reflexão sobre a conjuntura atual e seus impactos na vida das mulheres, como também das práticas cotidianas no movimento sindical, dais quais dependem a concretização do seu projeto político de desenvolvimento.

Os fios condutores dessa reflexão, que se estenderam aos demais momentos da oficina, e sustentam a relação entre feminismo e agroecologia, são as experiências das mulheres. Estas são reveladoras das múltiplas dimensões que compõem o seu cotidiano, que não podem ser ignoradas na concepção de agroecologia. Portanto, a abordagem sobre a agroecologia vai muito além das formas de manejo dos recursos e da produção, para abranger as formas e os modos de se relacionar na agricultura familiar, entre homens e mulheres, entre gerações, entre povos e comunidades. São múltiplas dimensões reveladoras da diversidade socioambiental, territorial, cultural, racial e étnica, de orientação sexual, de diferentes identidades socioculturais que convergem nas lutas feministas e na construção da agroecologia.

2º Momento
Visita à experiência agroecológica – registro, reflexão e debate

A visita a uma experiência agroecológica nas proximidades do local de realização da oficina envolveu três tempos: preparação em subgrupos temáticos; visita à experiência; reflexão coletiva sobre as impressões e os aspectos registrados.

O tempo da preparação foi destinado a orientações gerais e acordos sobre os objetivos e a importância da abordagem de diferentes aspectos da experiência: contexto e motivações; protagonismo das mulheres; organização e destino da produção; formas de comercialização, acesso a políticas públicas, parcerias, desafios, estratégias e perspectivas.

Uma questão articuladora comum a todo o grupo orientou o processo de reflexão e debate: o que a agroecologia significa e promove na vida das mulheres agricultoras?

Visita à experiência agroecológica: P.A. Capim Grosso – Caucaia/CE

Visita à experiência agroecológica: Comunidade Quilombola de Abacatal – Ananindeua/PA

Visita à experiência agroecológica: Acampamento Tiradentes – São Sebastião/DF

3º Momento
Roda de Experiências – exposição dialogada, reflexão e debate

Durante a Roda de Experiências foi possível conhecer companheiras e ouvir sobre as experiências que protagonizam em suas comunidades. Desse modo, tornou-se possível aprofundar as reflexões realizadas nos momentos anteriores, identificar as potencialidades, os limites e desafios que se apresentam nos processos de transição e produção agroecológica na vida das mulheres. E, sobretudo, olhar para a diversidade de experiências, nelas reconhecer a garra, os saberes, as capacidades criativas, os compromissos com a vida e o bem viver, e sentir o que aquelas experiências iluminam e trazem para a vida das mulheres.

4º Momento
Construção do mapeamento de experiências das mulheres na agroeocologia

Neste momento, além de aprofundarem o debate sobre "Por que nos interessa mapear as experiências agroecológicas protagonizadas pelas mulheres?", as participantes das oficinas regionais definiram alguns encaminhamentos estaduais para chegarem até as experiências.

Organizadas por estado, refletindo sobre as potencialidades e dificuldades locais, propuseram coletivamente formas de mapear as experiências. Estas rodas de conversa também foram espaço para se conhecer e propor ajustes ao roteiro, entendido como instrumento de apoio à estratégia de mapeamento.

Sobre o roteiro

Com o objetivo de favorecer o levantamento de informações, para melhor conhecermos as experiências agroecológicas de mulheres, foi elaborado um roteiro usado por todos os estados.

O roteiro foi organizado por seção, sendo cada uma delas dedicada a um tema, voltado a observar um aspecto importante da experiência agroecológica mapeada. Abaixo seguem os temas que compuseram o roteiro:

a) Informações gerais: parte dedicada a identificar local, motivações, participantes, período de início e outros dados das experiências.

b) Sobre a produção: seção voltada a levantar informações sobre o que é produzido, a partir da experiência; como as mulheres participam da produção; e quais os programas que acessa.

c) Sobre o destino da produção: este tema busca identificar o que é feito da produção, reconhecendo a destinação para o autoconsumo, as trocas, doações e comercialização, e o papel assumido pelas mulheres nestes processos.

d) Sobre as parcerias: identificação de parcerias (individuais, coletivas e/ou institucionais) e sua importância para o desenvolvimento da experiência.

e) Sobre resultados, conquistas e desafios: como avaliam os resultados conquistados e desafios que influenciam a experiência.

f) Sobre agroecologia: seção dedicada a perceber qual importância a agroecologia assume para a vida das mulheres, na mudança das relações familiares e comunitárias e na própria conquista da autonomia.

g) Outros aspectos importantes da experiência: espaço aberto para a complementação de informações, além das propostas pelo roteiro.

h) Materiais: solicitação de materiais audiovisuais que tratem da experiência, como fotos, folhetos, vídeos, etc.

O roteiro foi proposto como ferramenta para facilitar e criar certa unidade no processo nacional de mapeamento, não sendo uma "camisa de força" a impedir o registro de outros aspectos importantes das experiências, especialmente os que se relacionam às realidades territoriais.

4 – MAPEAMENTO DAS EXPERIÊNCIAS AGROECOLÓGICAS DAS MULHERES: UM CAMPO DE APRENDIZAGENS E RESISTÊNCIA

As experiências mapeadas

Nessa etapa do trabalho, o mapeamento das experiências agroecológicas protagonizadas pelas mulheres reuniu 62 experiências de 14 estados e o Distrito Federal. Dentre estas, 13 compuseram a programação das oficinas regionais, sendo 3 experiências visitadas e 10 apresentadas nas Rodas de Experiências.

As experiências visitadas e apresentadas integraram o percurso metodológico das oficinas regionais, o que estimulou a problematização sobre seus diferentes aspectos. Nos estados foram mapeadas 49 experiências, entre os meses de outubro e dezembro, e enviadas para a Secretaria de Mulheres da CONTAG.

O mapeamento realizado abrange uma expressiva diversidade de contextos socioeconômicos, culturais e ambientais. São experiências construídas em vários territórios e integram diferentes tradições, culturas e formas organizativas. Estão localizadas em biomas distintos: Amazônia, Caatinga, Cerrado e Mata Atlântica. Cada um desses biomas é formado por diferentes tipos de vegetação e de fauna, ou seja, uma grande variedade de formas de vida, tanto vegetal, animal, como de micro-organismos, chamada biodiversidade.

EXPERIÊNCIAS VISITADAS

Identificação	Comunidade/Município	UF
Agroecologia na Luta pela Terra	Acampamento Tiradentes/ São Sebastião	DF
Grupo de Mulheres da Com. Quilombola Abacatal	Ananindeua	PA
Projeto de Assentamento Capim Grosso	Caucaia	CE

EXPERIÊNCIAS APRESENTADAS

Identificação	Comunidade/Município	UF
Associação de Mulheres de Lagoa da Volta	C. Lagoa da Volta / Porto da Folha	SE
Casa de Sementes	C. Catingueirinha /Potiretama	CE
Assoc. Agric. Agroecológicos e Biodinâmicos da Serra do Rola Moça e Região de Ibirité	C. Barreirinho / Ibirité	MG
Sítio Lino Tesch	C. Alto Santa Maria – Santa Maria de Jetibá	ES
Exposição DJA Guata Porã e Horta no Museu. Indígenas Guaranis, Puris, Pataxós em contexto urbano	Rio de Janeiro	RJ
Chácara Dente de Leão	C. Passo do Sabiá – S. Antônio da Patrulha	RS
Grupo do Uiramuru	PA Extrativista/ Ponta de Pedra. Ilha Marajó	PA
Grupos de Mulheres Agricultoras Agroecológicas	Igarapé Miri	PA
Mulheres na Produção Agroecológica	Linha 621km 10,5 / Jaru	RO
Agroextrativismo	PA Nova Baixada Verde/Rio Branco	AC

IDENTIFICAÇÃO	LOCALIZAÇÃO	
	Comunidade/Município	UF
Artesanato de Barro	PA Cachoeira do Fogo/Independência	CE
Mulheres na Produção Agroecológica	PA 10 de Abril / Crato	CE
Mulheres em Ação	Comunidade Caiçaras Cajazeiras / Forquilha	CE
Produção Agroecológica	Comunidade Barriguda /Novo Oriente	CE
Beneficiamento de Caju	Comunidade S. André/Crateús	CE
Quintal Produtivo	Comunidade Jurema /Ibiapina	CE
Roçado Agroecológico – Mãos à Obra	Comunidade Cacimbinhas/Forquilha	CE
Associação Agricomel	PA Centro dos Martins e Agricolândia/ Maranhãozinho	MA
Coletoras de Bacuri, Pequi e outros frutos	Comunidade S. Raimundo/Urbano Santos	MA
Experiência Agroecológica Dona Edineide	PA S. Joaquim/São Luís	MA
Experiência Familiar Dona Maria Antônia	Comunidade do Arraial/São Luís	MA
Quebradeiras de Coco Babaçu	Comunidades Cajazeira e Bebedouro	MA
Produção de Farinha	Comunidade Quilombola Santa Maria e Comunidade Bom Princípio/Urbano Santos	MA
Agroecologia e Desenvolvimento Socioambiental Comunitário	APA Araripe – Área de Proteção Ambiental Serra dos Paus Dóias/Exu	PE
Banco de Sementes Crioulas	Sítio Cansanção/Araripina	PE
Canteiro Agroecológico de D. Dudu	Sítio Riacho Novo/Trindade	PE
Experiência Agroecológica Eliene Hermínio	Comunidade de Barrancos/Bom Jardim	PE
Fabricação de Vassouras	Sede do STTR / Sertânia	PE
Grupo de Mulheres Semeando Esperança	PA Nova Esperança II/Granito	PE
Produção de Polpas de Frutas	Fazenda Jardim I	PE
Agroecologia Mulheres Decididas	Comunidade Lagoa do Governo/União	PI
Associação de Mulheres Produtoras Rurais na Agricultura Familiar de José de Freitas	Assentamentos e Comunidades/José de Freitas	PI
Horta Comunitária	Comunidade da Lagoa/Amarante	PI
Quintais Produtivos de Piripiri	PA's Cachoeira e Residência; Com. Canto do Araçá e Gia	PI

IDENTIFICAÇÃO	LOCALIZAÇÃO	
	Comunidade/Município	UF
Experiência Agroecológica do Baixo S. Francisco Dona Faraildes	Povoado Ladeirinha A/Japoatã	SE
Experiência Agroecológica Dona Rosa	PA Nova Esperança. Monte Santo/Gararu	SE
Organização de Controle Social do Território Leste - OCS	PA 13 de Maio/Capela	SE
Associação de Mulheres do Alto Santa Rosa	Pedras de Maria da Cruz	MG
Mulheres do Semiárido	Turmalina	MG
Sítio Bom Sucesso	Comunidade Faz. Bom Sucesso/Guidoval	MG
Experiência Agroecológica Familiar	PA Imbauzinho/Ortigueira	PR
Morangos, Olericultura e Cítricos	Linha Inspetor Carvalho/Prudentópolis	PR
Vida Saudável no Campo	Estrada Mestre para Pérola/Altônia	PR
Campo Livre	Comunidade Rincão dos Mineiros/ Cachoeira do Sul	RS
Cultivo da Lavanda	Morro Reuter	RS
Eco Sabores	Comunidade Vale das Flores/Bom Princípio	RS
Implantação de Apicultura Orgânica	Linha 8/Santiago	RS
Mudança de Vida	Estrada do Indaiá/Cerro Grande do Sul	RS
Produção Agroecológica Regional Ijuí	Comunidade Rincão dos Fabrim/Ijuí	RS
Transição Agroecológica da Família Froelich	Comunidade Rincão Passo Novo/S. Antônio das Missões	RS
Agroecologia e Sustentabilidade	PA Novo Jardim/Autazes	AM
Cultivo de Verduras	PA Canoé/Senador José Porfirio	PA
Agroecologia Setor Cooperfrutos	BR174.Km25. Setor Cooperfrutos/Vilhena	RO
Agroecologia Familiar	Nova Marmoré	RO
Agroecológica	Linha H-32. Km09/Porto Velho	RO
Associação das Mulheres Agroecológicas do Riachuelo – AMARI	Linha 86. Setor Riachuelo/Ji-Paraná	RO
Associação dos Trab. e Trabalhadoras Rurais Esperançosas de Rondônia – ATRERON	Linha 45. Lote 03/São Felipe D'Oeste	RO
Produção Agroecológica	Linha 4.Km7.PA Gogó da Onça/S. Francisco do Guaporé	RO

A maior parte das experiências mapeadas (39 que equivalem a 62%) teve início nos anos 2000, e dessas, 19 experiências iniciaram entre os anos 2011 e 2015. Isso equivale a dizer que são experiências ainda recentes, em pleno processo de desenvolvimento.

Distintas realidades agrárias e vínculos com a terra compõem os contextos das experiências que envolvem famílias: sem-terra habitantes na cidade; sem-terra – acampadas, posseiras, comodatárias, arrendatárias; com terra – assentadas sem titulação, assentadas com titulação, comunidades tradicionais com titulação e sem titulação, terra de herança sem documentação e proprietárias.

Dentre as experiências mapeadas, há 1 acampamento, 18 projetos de assentamento, 2 projetos de assentamento extrativistas e 3 comunidades quilombolas nos estados do Maranhão, Sergipe e Pará.

As atividades predominantes são a agricultura, com forte presença de atividades agroextrativistas, da apicultura e do processamento e beneficiamento de produtos diversos, especialmente frutas. As experiências são desenvolvidas de forma individual, familiar, coletiva, ou combinando estas modalidades nas distintas etapas da produção. Diversos arranjos familiares e organizativos nos assentamentos e comunidades compõem o processo produtivo, seja em um mesmo núcleo familiar, reunindo mais de um núcleo da mesma família, entre diferentes famílias, em grupos, entre comunidades, em associações.

Em uma mesma experiência há várias combinações nas formas de produzir que podem ocorrer em todo o processo produtivo ou em fases da produção, beneficiamento e comercialização: individualmente e em parte familiar; individual e coletiva em grupo ou por meio de organizações associativas. O trabalho solidário se faz presente como parte das dinâmicas relacionais da agricultura familiar, na forma de ajudas mútuas, mutirões e trocas de horas e dias de trabalho.

Há uma grande variedade de produtos, que também inclui o artesanato, como são diversas as formas organizativas da produção e do comércio.

O acesso às políticas públicas não é comum a todas as experiências, o que é revelador de fragilidades nessa área. Contudo, grande parte conta com organizações que apoiam de diferentes formas, por meio de capacitação, assessoria técnica, infraestrutura, orientação para o acesso a políticas públicas, elaboração de projetos, organização e participação em feiras.

A articulação de parcerias é identificada como de fundamental importância para garantia da continuidade das experiências, para a busca e resolução dos problemas.

O resgate de técnicas e saberes tradicionais e a inovação com formas de manejo, tecnologias e processos são destacados para o uso eficaz dos recursos e a garantia de melhores resultados.

A apresentação do mapeamento, que se segue, foi cuidadosamente construída, de modo a dar visibilidade para todas as experiências mapeadas. Para tanto, foi realizado o agrupamento das experiências em categorias temáticas, de acordo com as informações apresentadas e a atenção para os elementos que são destacados em cada experiência. Os níveis de informação são diferenciados o que implica também diferentes condições de acesso às experiências. Trata-se de uma leitura dentre outras que certamente seriam possíveis.

Com toda a diversidade, as experiências revelam muitos aspectos comuns, a começar pelas forças motivadoras, capacidade criativa das mulheres, de perseverança e compromisso com o bem viver das pessoas e de todas as formas de vida que compõem o meio ambiente.

Forças motivadoras

Várias são as motivações que originam as experiências em agroecologia e aquelas que estão em processo de transição agroecológicas. A defesa da vida com saúde por meio da produção de alimentos saudáveis, a preservação e proteção do meio ambiente, a segurança alimentar e nutricional e a soberania alimentar são apontadas como motivações básicas presentes na maior parte dos registros.

O atendimento às necessidades nutricionais da família de modo a propiciar uma vida saudável, tornou-se imperativo para promover a mudança para a agroecologia, diante dos casos graves de intoxicação e adoecimentos causados pelo uso de agrotóxicos nas práticas da agricultura convencional. Além disso, essas práticas geram alta dependência do mercado de insumos e agroquímicos, que eleva o custo da produção e instala um círculo vicioso de gastos com medicamentos. Não por acaso, empresas que produzem agrotóxicos também fazem parte da indústria farmacêutica.

Os saberes das avós e das mães desenvolvidos nos seus quintais são destacados como fonte de motivação das práticas agroecológicas. São resgatados e valorizados para a construção de novos conhecimentos sobre os ciclos da natureza, dos bens comuns, da terra e, principalmente, sobre formas de manejo que possibilitem a preservação da biodiversidade.

As experiências desenvolvidas em comunidades tradicionais, especialmente por meio de práticas agroextrativistas, ressaltam a importância da tradição mantida por sucessivas gerações e aprimorada na forma do beneficiamento de vários produtos.

A maioria das experiências destaca a geração de renda como um elemento

essencial, pois além de promover melhoria nas condições de vida da família, possibilita às mulheres a conquista da sua autonomia financeira e pessoal.

Nas regiões com grandes períodos de estiagem, principalmente no bioma Caatinga, as experiências revelam em comum as alternativas construídas de convivência com o semiárido, por meio de tecnologias sociais de acesso à água e conhecimentos que tornaram possível a produção de alimentos para o autoconsumo e comercialização.

A capacidade organizativa, a construção de parcerias e as políticas e programas voltados para o apoio à organização produtiva e comercialização potencializaram as motivações, impulsionando as práticas agroecológicas

Motivações muito potentes se originam da participação das mulheres nos movimentos sociais, nos sindicatos, na Marcha das Margaridas, em feiras da agricultura familiar e economia solidária. O processo organizativo e de participação possibilita a compreensão da agroecologia como princípio orientador de uma visão integrada das unidades familiares, que passa pela defesa e conservação da agrobiodiversidade, pelo cuidado com as relações entre as pessoas, para que as diferenças não justifiquem desigualdades.

No processo participativo, as mulheres encontram reconhecimento e respeito que buscam conquistar em todos os âmbitos da vida, familiar e social. Muitas iniciativas se originam nesse processo participativo e algumas buscam o envolvimento das juventudes na perspectiva de construírem projetos socioprofissionais que favoreçam a sua permanência no campo.

Entre tantas forças motivadoras que deram origem às experiências registradas, se não contassem com a capacidade das mulheres de resistir e perseverar, certamente não teriam alcançado algum êxito, e tampouco ido adiante. Enfrentar o descrédito, seja na família ou na comunidade, exigiu determinação para seguir em frente, e principalmente estratégias para fazer valer as ideias e projetos, ampliar a capacidade organizativa, construir argumentos e conquistar credibilidade e reconhecimento.

Resistência, perseverança e credibilidade

A capacidade criativa, o trabalho e persistência das mulheres dão origem às experiências que são desenvolvidas com grande determinação e perseverança, muitas vezes enfrentando o descrédito de familiares e membros da comunidade. As experiências nasceram pelas mãos das mulheres a partir das suas histórias de vida, dos quintais que cultivaram com suas mães e avós, dos saberes, da segurança alimentar e saúde que proporcionaram aos seus familiares, do respeito e formas de convivência com o meio ambiente que souberam desenvolver e exercitar.

Assim também ocorre com aquelas experiências que não são desenvolvidas nos quintais, mas que se nutrem desses saberes, especialmente no que diz respeito à capacidade de acreditar e criar alternativas sustentáveis de vida, de preservar a biodiversidade, de conquistar novas formas de interação na família e na sociedade.

Trajetórias de resistência e luta das mulheres pelo direito à terra e ao território, pelo acesso à água e outros bens comuns, integram a história e o contexto de grande parte das experiências, em acampamento, projetos de assentamento, comunidades e comunidades de povos tradicionais.

As experiências relatadas a seguir são desenvolvidas por mulheres acampadas, quilombolas, indígenas, ribeirinhas, com a energia e os saberes das juventudes e das avós. Estão localizadas em diversos biomas e regiões do país; revelam em diferentes trajetórias a resistência e coragem para enfrentar os desafios, a perseverança no desenvolvimento dos projetos produtivos, a capacidade de promover mudanças, conquistar credibilidade, reconhecimento e autonomia. Estes são atributos comuns que tornam essas experiências uma força coletiva, agroecológica e feminista.

O relato de **Dona Ana, do PA 10 de Abril,** revela uma longa trajetória de luta no MST para conquistar o primeiro assentamento de reforma agrária no território do Cariri. No que diz respeito às práticas agroecológicas, Dona Ana revela que no início houve resistência por parte de muitos homens, que não acreditavam na viabilidade da agroecologia. Além desse tipo de descrédito, seu marido apresentava resistência a suas saídas para participar em atividades relacionadas à produção agroecológica.

Atualmente, o marido apoia seu trabalho, que é amplamente reconhecido, e várias famílias já aderiram à agroecologia no assentamento. E como diz Dona Ana, "é dando vida para a horta e a horta dando vida para mim". O apoio permanente do Sindicato e da Federação dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares (Fetraece) é destacado como essencial em sua trajetória de trabalho e organização. Em atividades e eventos relacionados à agroecologia de que participa, ela observa a grande presença das mulheres, o que para ela confirma o quanto a agroecologia é importante e faz parte da vida das mulheres.

A visita ao **Acampamento Tiradentes, situado em São Sebastião, Distrito Federal**, evidenciou a persistência e garra das mulheres, que fazem um revezamento entre o trabalho externo para garantir a subsistência e os trabalhos no acampamento. Em áreas extremamente reduzidas, cada barraco possui pelo menos um canteiro com hortaliças e/ou ervas medicinais, e no espaço coletivo algumas frutíferas.

As práticas agroecológicas já existiam na vida de várias mulheres, e o resgate e valorização desses saberes são praticados na coletividade, de modo a manterem vivos os sentimentos e vínculos com a terra. As relações na família e na coletividade são exercitadas cotidianamente para que os conflitos sejam tratados, e o respeito, a ajuda mútua e a solidariedade possam predominar. Nos dizeres das mulheres, há muitos homens valorosos, que apoiam e respeitam as mulheres, quando se define que estas estejam à frente em algumas estratégias de luta, e no compartilhamento das tarefas na família e no acampamento.

A experiência de **Dona Edineide no PA São Joaquim, em São Luís do Maranhão**, com a produção de hortaliças e criação de porco, galinha caipira e caipirão começa a conquistar credibilidade, embora ainda tenha que arcar sozinha com o seu trabalho, eventualmente buscando o apoio de terceiros.

Ainda na região de **São Luís**, na **Comunidade do Arraial, Dona Maria Antônia** desenvolve com a família a produção de hortaliças, plantas medicinais e a criação de galinha caipira. Embora assuma a maior parte do processo produtivo, como é sindicalista precisa se ausentar em razão da militância. Nessa circunstância, conta com o apoio do marido e a da filha, que assumem os trabalhos na sua ausência.

O grupo Mulheres Semeando Esperança do PA Nova Esperança II, em Granito, Pernambuco, atualmente reúne 10 famílias que cultivam hortaliças, frutíferas e forragens em seus próprios quintais, envolvendo homens, mulheres e filhos e filhas. Embora as mulheres participem dos processos de produção, colheita e comercialização, ainda há diferenças na divisão dos trabalhos, que aos poucos vem sendo modificada para um modo mais cooperativo.

No sítio Riacho Novo, localizado em Trindade, Pernambuco, o canteiro agroecológico de **Dona Dudu** é muito conhecido por sua produção de hortaliças e plantas medicinais. Com seu trabalho e compromisso com a saúde, Dona Dudu se tornou referência para as pessoas da redondeza, que sabem onde buscar orientação e remédios caseiros nos casos de adoecimento.

Já o grupo de mulheres horticultoras, que se autodenomina **Mulheres Decididas**, desenvolve coletivamente a produção em área de posse na região sindical **Lagoa do Governo, em União, PI**. Atualmente são 10 mulheres e um homem que produzem coletivamente, e as mulheres assumem integralmente a comercialização.

Ainda no Piauí, a **Associação de Mulheres Produtoras Rurais na Agricultura de José de Freitas**, criada em 2010, reúne 72 mulheres no cultivo de macaxeira, mandioca, milho, feijão e melancia, que produzem em áreas de assentamento e comunidade. A falta de credibilidade é destacada como um desafio a ser vencido. Contudo, a conquista de autonomia já é registrada como um resultado da organização produtiva das mulheres.

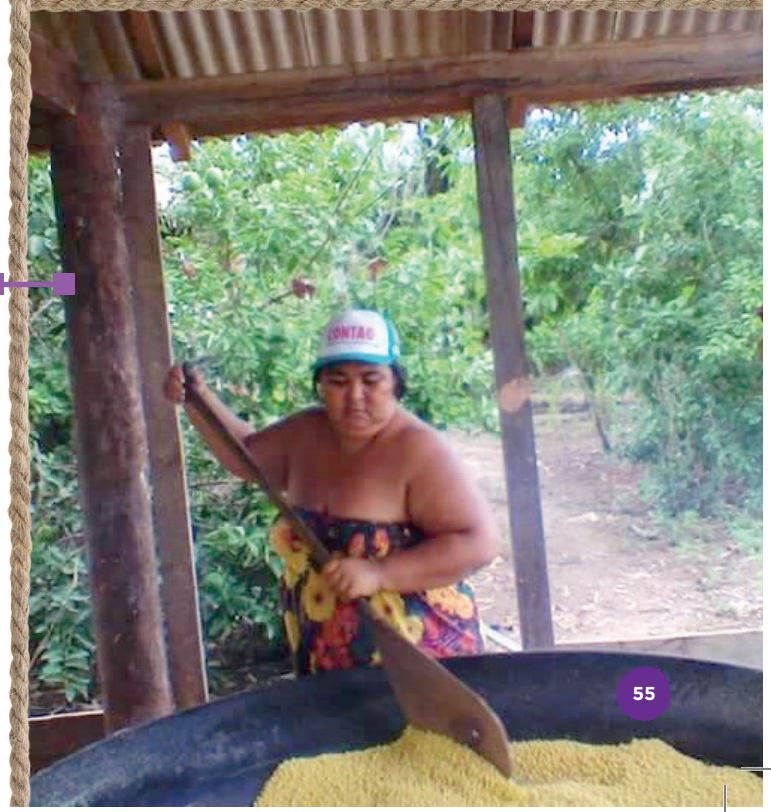
A Associação de Mulheres da Lagoa da Volta, área rural do município de Porto da Folha, território do Alto Sertão Sergipano, integra 17 mulheres que se organizam de acordo com as atividades de horticultura, produção de polpa de tomate, doces, geleias e apicultura. A experiência, relatada por **Dona Cida**, revela a determinação das mulheres que inicialmente se organizaram em grupo, para em 2003 constituírem a Associação. As sucessivas reuniões despertavam a desconfiança por parte dos homens, que aos poucos constataram os resultados dessa iniciativa, que trouxe melhorias para as famílias e a comunidade.

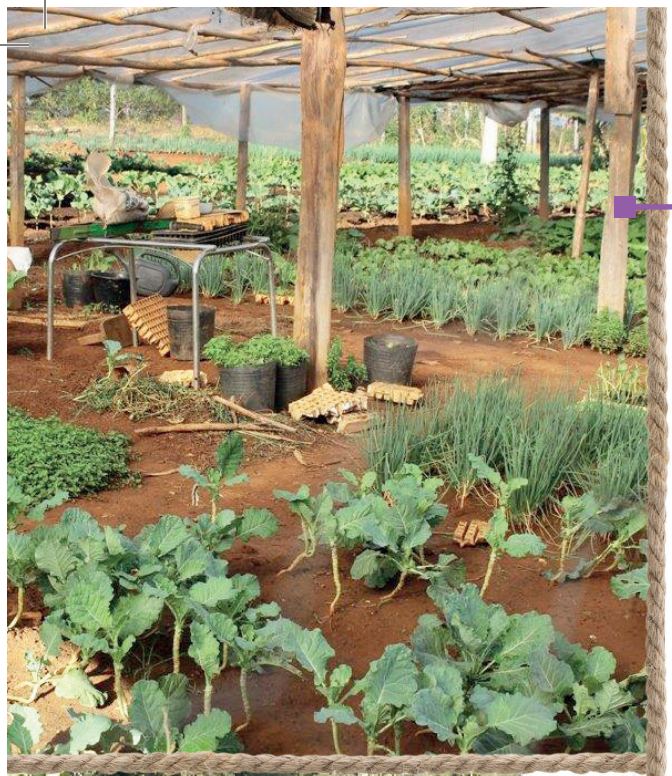
Dona Faraildes é muito conhecida pela sua trajetória de luta pela terra, que resultou na conquista do **PA Ladeirinhas A, em Japoatã, Sergipe**. Foi uma das fundadoras da Associação de Moradores do Povoado Ladeiras A (AMPLA), e quando se trata de preservação do meio ambiente, dos recursos naturais e de produção agroecológica, Dona Faraildes é uma grande referência. Seu lote, onde há uma diversidade de culturas, entre elas mandioca, macaxeira, milho, feijão, fava, hortaliças e frutíferas, tem sido visitado por pesquisadoras/es e estudantes de Escolas Família Agrícola e de Universidades.

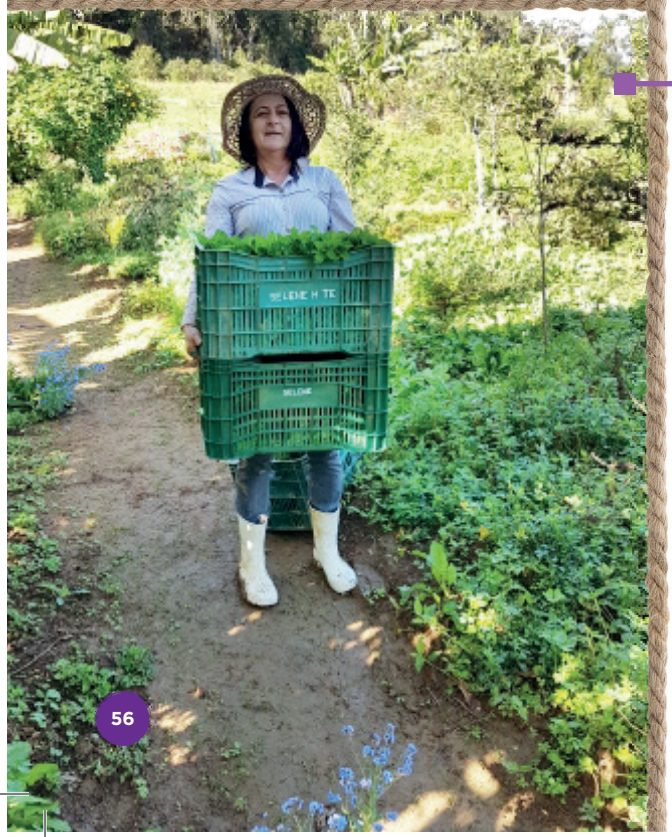
A Comunidade Quilombola de Abacatal, em Ananindeua, Pará, é reconhecida e possui titulação, como resultado de um longo processo de luta que se estende nos dias atuais. A comunidade tem origem em 1710, e ao longo de três séculos vem resistindo a diversas formas de violência. Atualmente a comunidade é obrigada a conviver com todas as consequências da proximidade do aterro sanitário que tem tornado a vida praticamente insustentável com a poluição ambiental. Esse contexto tem sido agravado com as ameaças da implantação de grandes projetos. **Geralda**, liderança local, conta que já teve sua casa derrubada, e se fortalece na resistência com o apoio de organizações comprometidas com as comunidades tradicionais. Com todas as adversidades, as famílias resistem na defesa e preservação da comunidade, composta por amplas áreas de agroflorestas. O grupo de mulheres desenvolve práticas de agroextrativismo, beneficia produtos e faz artesanatos de sementes, palhas e outros.

No território Baixo Acre, em Rio Branco, o Projeto de Assentamento Nova Baixa Verde, foi conquistado com muita luta e o enfrentamento dos ataques de grandes fazendeiros e grileiros de terras. A experiência relatada por **Fátima Maciel**, assentada e presidenta do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Rio Branco, revela um histórico de muitas ameaças e discriminação, principalmente por se tratar de uma liderança mulher, separada do marido. No início do assentamento a terra estava devastada pelo desmatamento e grandes pastagens. Com organização e muito trabalho, as assentadas e assentados recuperaram nascentes, reflorestaram e implantaram sistemas agroflorestais. A área, antes degradada, teve sua biodiversidade restaurada e se tornou possível a produção agroextrativista. O cultivo diversificado é conjugado com a extração de castanha e frutas nativas. As plantas medicinas são cultivadas e largamente utilizadas pela comunidade. A resistência e a luta em defesa do agroecossistema são desafiadas com a ameaça permanente de contaminação pela pulverização de agrotóxicos nas fazendas próximas ao assentamento.

No PA Novo Jardim em Autazes, Amazonas, um grupo de mulheres constrói práticas sustentáveis na perspectiva de produzir alimentos saudáveis, de obter renda e conquistar autonomia financeira. As mulheres vêm resistindo ao descrédito dos maridos e de pessoas da comunidade. Seguem em frente com determinação, e o grupo já conta com a cooperação de um dos homens da comunidade. As mulheres destacam a perspectiva de que a agroecologia venha ser praticada por todas as famílias.







A Associação das Mulheres Agroecológicas do Riachuelo (AMARI), em Ji-Paraná, Rondônia, foi criada a partir do trabalho das mulheres da Linha 86 com hortas mandalas e do seu interesse em evoluir nas práticas agroecológicas. Para além da produção, buscavam novas relações na família e na coletividade. Com essa perspectiva, as mulheres decidiram enfrentar os desafios e tomaram a iniciativa de buscar alternativas sustentáveis para produzir alimentos saudáveis com responsabilidade social, promover a agricultura familiar de base agroecológica e fortalecer a organização de mulheres e das juventudes. Atualmente, a experiência familiar envolve 17 mulheres e 14 homens na produção de frutas, legumes e verduras. A comercialização é realizada nas feiras a partir da organização coletiva e por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). O manejo nas propriedades é feito de forma compartilhada entre as pessoas da família, mas toda a gestão do processo produtivo e da comercialização é realizado exclusivamente pelas mulheres.

A agricultora Selene Hammer Tesch apresentou a experiência desenvolvida em Santa Maria de Jetibá, Espírito Santo, de produção familiar de hortaliças, temperos e plantas medicinais. Uma experiência que teve início em 1992, com sua forte determinação de "plantar sem matar, comer sem morrer". A transição para a agroecologia foi realizada na comunidade que hoje conta com um complexo organizativo, com grupos, associações, cooperativas, Escola Família Agrícola, e 68 propriedades com produção orgânica certificada. A experiência transformou a vida das famílias com a nova forma de ver a propriedade, para além de uma unidade produtiva, mas como espaço de respeito a todas as formas de vida, de conservação da biodiversidade, de diversificação de culturas, de novas relações na família e nas organizações comunitárias. As mulheres se sentem empoderadas, reconhecidas em seu trabalho, respeitadas em suas iniciativas.

No norte de Minas Gerais, no município de Pedras de Maria da Cruz, às margens do Rio São Francisco, mulheres agricultoras ribeirinhas desenvolvem de forma associativa a cultura de hortaliças em terreno cedido pela Prefeitura. Residem na cidade, produzem nas margens e ilhas do Rio São Francisco, e a horticultura tem sido uma alternativa para gerar renda com a produção de alimentos saudáveis. As associadas são beneficiárias do Programa Bolsa Família, e com recursos do Projeto Brasil sem Miséria construíram um galpão com estrutura para lavar as verduras e organizá-las para a comercialização. Para elas, seu protagonismo se realiza na produção de alimentos saudáveis, no reconhecimento e autonomia financeira que conquistaram com seu trabalho. Algumas das associadas participam da Comissão Municipal de Mulheres do STTR, e entre elas há uma guerreira de 92 anos para quem o trabalho conjunto, interessado na boa alimentação e na saúde, é também fonte de alegria e distração.

Na cidade do Rio de Janeiro, mulheres indígenas desenvolvem em um espaço próximo ao Museu Mar cultura de hortaliças, oficinas de arte, troca de saberes, cantos e danças, como parte de um projeto sobre indígenas em contextos urbanos. A experiência, relatada por **Ana Kariri**, é coordenada por **Sandra Benites**, indígena Guarani, e faz parte da resistência de várias etnias que sobrevivem em áreas urbanas. Buscam preservar e difundir cultura e saberes indígenas. Trabalham com o cultivo de hortaliças, girassol, algodão, artemísia, produzem geleias, fazem pesquisa com sementes e cipós para a confecção de artesanatos. A sabedoria dos mais velhos é sempre valorizada e tem como referência Niara do Sol, a mais velha das mulheres.

No município de **Altônia, Paraná, na Estrada Mestre para Pérola,** a experiência protagonizada pela agricultora **Inês Paladini** desafiou o descrédito da família e da comunidade. Com sua persistência, tem comprovado os benefícios do respeito ao ecossistema, da importância de respeitar todas as formas de vida no meio ambiente por meio de práticas agroecológicas. De acordo com ela, a recuperação e evolução do solo tornam-se visíveis, a terra agradece com uma produção rica e abundante. Inês sempre está em busca de novos conhecimentos e técnicas para aperfeiçoar e inovar as formas de produzir alimentos. A partir de sua experiência, busca envolver mais mulheres e sensibilizar famílias por meio de sua atuação no STTR, e como coordenadora regional de mulheres, sobre a importância e compromisso com a vida livre de agrotóxicos.

Na comunidade **Rincão dos Fabrim, município de Ijuí, RS**, um grupo de mulheres estimulado pelo Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais passou a adotar novas técnicas para ampliar e fortalecer a produção agroecológica de hortaliças. Essa iniciativa abrangeu a família e se ampliou na comunidade, com o protagonismo das mulheres, que gerenciam todo o processo produtivo. A produção se destina ao autoconsumo, às trocas na comunidade e à doação. A experiência iniciada em 2016 é considerada bem-sucedida e tende a se fortalecer. As mulheres abraçam o desafio de difundir os conhecimentos adquiridos, e de forma articulada com o Sindicato e a Casa Familiar Rural da região, investir no resgate e produção de sementes crioulas, na diversificação produtiva das propriedades e ampliar a adesão aos princípios e técnicas para a promoção da transição agroecológica.

Em Morro Reuter, Rio Grande do Sul, a lavanda é uma planta-símbolo do município. Essa forte característica motivou o resgate dos conhecimentos sobre o cultivo da lavanda e a criação de alternativas para seu beneficiamento, na perspectiva de se tornar uma opção econômica para a agricultura familiar. A experiência articula grupos familiares que envolvem 23 mulheres, 15 homens e 3 jovens. Para o desenvolvimento sustentável da produção, buscam apoio da administração municipal para a aquisição de mudas e correção do solo e a produção livre de agroquímicos.

As mulheres participam do cultivo, dos tratos culturais e da colheita, mas especialmente na criação de alternativas de beneficiamento da lavanda em produtos alimentícios, como bolachas, cucas, bolos, geleias e o uso das flores em artesanatos. A lavanda é utilizada na fabricação de óleos essenciais e, ainda, na produção de cerveja. A produção familiar é comercializada diretamente com indústria produtora de óleo essencial, nas feiras e venda direta aos consumidores dos produtos beneficiados. As mulheres ressaltam a conquista de reconhecimento e autonomia, principalmente com as alternativas de beneficiamento da lavanda.

Participação das juventudes

Sheila Paz, uma jovem **de Santo Antônio da Patrulha, Rio Grande do Sul**, apresentou a experiência desenvolvida por ela e sua família na Chácara Dente de Leão. Em seu relato escrito ela registra:

"No momento em que escrevo estas linhas, em 2017, tenho 28 anos. Não moro com meus pais, tampouco eles moram comigo. Somos uma comunidade, uma parceria que deu certo. Todos atuamos de forma harmônica, cada qual com seus talentos e contribuições, tudo feito de forma solidária, até mesmo na hora das cobranças."

A experiência familiar relatada por Sheila Paz, teve início em 2014 na Chácara Dente de Leão, e envolve mãe, pai e três filhas. Em seu relato fica clara a concepção de agroecologia que vai além das práticas sustentáveis, pois envolve todo um projeto de vida, de construção de relações solidárias e respeitosas na família, com todo o ecossistema, de relações de reciprocidade entre campo e a cidade. Dentre a produção diversificada de hortaliças, frutas, ervas medicinais, destaca-se o cultivo de Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANCs), no início comercializadas em feiras promovidas pelo STTR. Atualmente evoluíram para encontros com grupos de consumidores, oficinas sobre alimentação, trocas de sementes crioulas e mudas, entre outras atividades em parceria com o STTR de Santo Antônio da Patrulha.

As mulheres sempre pensam em como contribuir para a integração das juventudes, na perspectiva de que encontrem na agroecologia a oportunidade para o desenvolvimento de projetos socioprofissionais. O projeto educacional das Escolas Família Agrícola e Casas Familiares Rurais tem se mostrado importante para estimular o engajamento das juventudes em processos de transição e construção da agroecologia.

A experiência de **Maria de Jesus** demonstra bem essa dimensão da agroecologia, ao envolver três gerações de sua família no processo de produção e beneficiamento do caju e comercialização na **Comunidade Santo André, em Crateús, Ceará**. Consorciada com a produção de caju, há hortaliças e frutas das quais se extraem as polpas e se destina o material descartado para a criação de tilápias e alimentação de pequenos animais. A Escola Família Agrícola Dom Fragoso é uma referência para a família de Maria de Jesus, onde quatro de seus netos concluíram a formação técnica em agropecuária.

Em **São Felipe d'Oeste, a Associação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Esperançosas de Rondônia, ATRERON**, transformou por meio da agroecologia, *"Uma história marcada por muito sofrimento, lutas, conflitos, muita guerra, mas também muita esperança e resistência do povo"* em uma experiência de vida em abundância e qualidade na agricultura familiar. São 35 mulheres, 14 homens e 10 jovens que produzem em parceria frutas, verduras e legumes que são comercializados por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e em feiras do município.

Essas e outras experiências são construídas com a participação das juventudes, que têm se afirmado como sujeitos políticos na promoção da agroecologia e no desenvolvimento sustentável da agricultura familiar. A perspectiva da sucessão rural, o acesso à educação e a políticas públicas que possibilitem a realização de projetos socioprofissionais e a conquista de sua autonomia fazem parte da plataforma organizativa das juventudes, para que possam efetivamente viver no campo.

E como afirma Sheila Paz:

"Não que isso seja fácil, mas de forma processual, seguindo o fluxo da vida e ouvindo o ambiente que nos cerca, estamos conseguindo promover a biodiversidade e mostrar, através de exemplos concretos, que uma outra forma de ver e fazer agricultura, mais sustentável, mais integrada ao meio, mais ecológica, é possível, e nos coloca rumo a um desenvolvimento rural sustentável com a participação das mulheres e da juventude."

Alimentos saudáveis, livres de agrotóxicos e transgênicos

O Brasil é o país que mais consome agrotóxicos no mundo, de acordo com o dossiê "Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde", divulgado em 2015 pela Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO). Além de informar sobre os danos dos agrotóxicos à saúde e ao meio ambiente, expor e denunciar as estratégias e violência do agronegócio, o dossiê registra as lutas contra os agrotóxicos e pela vida, saberes e experiências que promovem a soberania e segurança alimentar.

Os chamados "defensivos agrícolas", que nada mais são do que agrotóxicos, têm sido difundido pelas grandes empresas do agronegócio e segmentos comprometidos com seus interesses, com a promessa de aumento da produtividade e da renda na agricultura. O nome "defensivos agrícolas" busca ocultar seu caráter nocivo, ampliar o consumo de agrotóxicos na agricultura convencional, como uma estratégia do agronegócio para fazer valer seus interesses econômicos, independente de todas as suas consequências maléficas.

A utilização massiva de agrotóxicos remonta à década de 1960, com a emergência da chamada "Revolução Verde" e seus pacotes tecnológicos para a modernização do campo, de modo a inseri-la nos grandes circuitos comerciais. Os setores comprometidos com a agricultura sustentável chamaram esse modelo de "Modernização Conservadora da Agricultura", pois em nome da modernização, não apenas conservou, como fez crescer a concentração da terra, o poder econômico dos latifundiários, o crescimento das empresas do agronegócio, os conflitos no campo e a migração de trabalhadores para as cidades.

A imposição dos pacotes tecnológicos não só ignorou, como desrespeitou os saberes tradicionais, destruiu a biodiversidade para

o desenvolvimento de monoculturas que esgotam a terra e seus recursos naturais. Contudo, muitos agricultores familiares foram seduzidos pelos pacotes tecnológicos que prometiam produtividade e renda em detrimento dos saberes e práticas tradicionais na agricultura, das formas de manejo da terra e dos recursos naturais, que preservavam o meio ambiente e a biodiversidade.

As consequências desse modelo dominante no país se expressam nos crescentes índices de adoecimento e mortes relacionadas às práticas de pulverização de agrotóxicos e ao consumo dos alimentos com altos índices de contaminação. Vale ressaltar que várias empresas do ramo dos agrotóxicos são também produtoras de medicamentos. Trata-se de uma lógica regida exclusivamente pelos interesses econômicos, em detrimento da alimentação saudável, da saúde e do bem viver. Essa lógica compõe a chamada agricultura convencional, que não assumiu processos de transição para um modelo sustentável de base agroecológica.

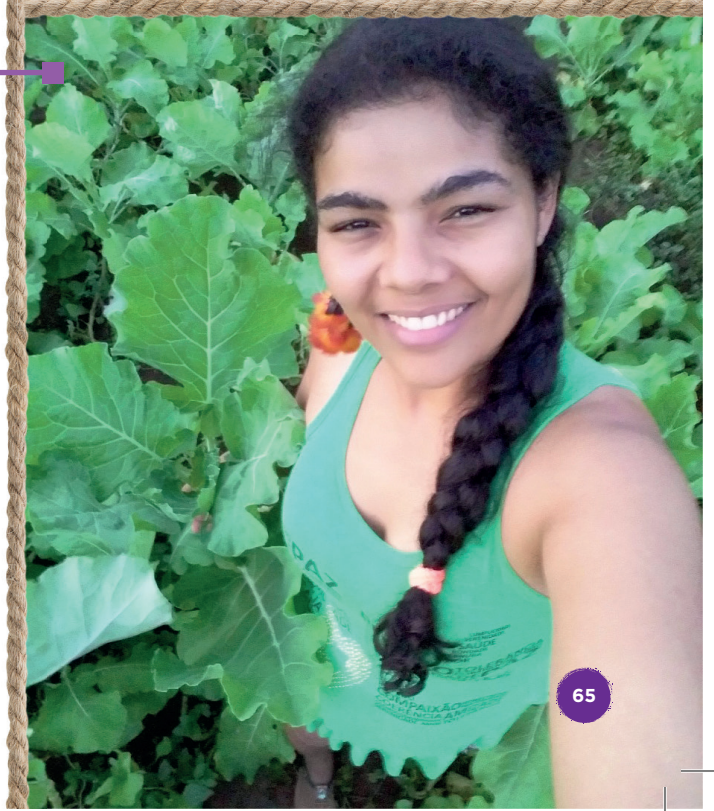
Entre as experiências mapeadas, há registros de intoxicações por agrotóxicos de extrema gravidade nos estados de Rondônia e Paraná. Essas ocorrências impuseram a mudança de hábitos nas famílias e, mais precisamente, nas formas de produzir, de manejar as culturas, com a adoção de outras técnicas e recursos, sem utilização de agrotóxicos tão comum na agricultura convencional.

Uma situação de extrema gravidade consistiu em força motivadora para a adoção da agroecologia por três mulheres que residem na **Linha H-32 KM 09, sentido Rio Branco-Acre, em Porto Velho, Rondônia**. A experiência teve início em 2005, após a recuperação da grave intoxicação com risco de morte sofrida por **Dona Edna**, que encontrou na promoção da agroecologia a sua recuperação e a fonte de vida saudável. Desde então, sente-se comprometida em difundir sua experiência para sensibilizar agricultoras e agricultores e ampliar a adoção da agroecologia em lugar da agricultura convencional.

A experiência agroecológica familiar desenvolvida no Projeto de Assentamento Imbauzinho, município de **Ortigueira, Paraná**, teve início em 2008, fortemente impulsionada pelo óbito do pai, em decorrência de intoxicação por uso abusivo de agrotóxicos. São seis pessoas, três mulheres e três homens que produzem grande diversidade de hortaliças e frutas. Além da produção, construíram fossa séptica agroecológica, círculo de bananeira que absorve água da pia e do chuveiro, chiqueiro agroecológico, pastagem sombreada com árvores nativas. Os resultados dessa mudança foram notados em curto espaço de tempo, com a melhoria da saúde da família, ampliação da renda familiar e economia no processo de produção por não dependerem do mercado de insumos químicos e agrotóxicos.

Em **Nova Mamoré, Rondônia,** a experiência registrada de agroecologia familiar foi fortemente motivada pela necessidade de mudança perante os inúmeros casos de intoxicação por agrotóxicos na região. Em um trabalho compartilhado, três pessoas da família produzem somente para o autoconsumo banana, batata, mandioca, hortaliças, frutas e ervas medicinais. Consideram a falta de informações sobre a produção agroecológica um problema que esperam superar com a participação em cursos sobre agroecologia, de modo a ampliar a produção na perspectiva da sua comercialização.

No PA Gogó da Onça, Linha 4, KM 07, em São Francisco do Guaporé, Rondônia, a produção agroecológica familiar teve início em 2006, após a família compreender que o ciclo de adoecimentos e gastos com medicamentos se reproduzia ao longo do tempo e estava associado à utilização de agrotóxicos. Decidiram mudar completamente a forma de viver e produzir no assentamento, de modo que progressivamente constataram os resultados na qualidade da saúde e na economia. Praticamente eliminaram as despesas com medicamentos e aboliram a dependência do mercado de agrotóxicos, que elevava o custo da produção. A experiência, iniciada pelas mulheres, com o passar do tempo, com melhores resultados em relação à agricultura convencional, teve a adesão dos homens da família, com a produção de banana, batata, mandioca, hortaliças, ervas medicinais, cana e fruticultura no sistema agroflorestal. O êxito se consolidou com a comercialização em feiras, entrega nos pequenos varejos locais e para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), possibilitando a autonomia do grupo familiar, que não necessitou buscar trabalhos fora do assentamento



No **Setor Cooperfrutos, BR 174, KM 25, em Vilhena, Rondônia**, destaca-se a produção de hortaliças variadas, cana-de-açúcar e feijão, para autoconsumo, troca, doação e comercialização em feiras, de casa em casa, e por meio do PAA. A experiência teve origem em 2015, com a necessidade premente de produzir livre de agrotóxicos. Além da eliminação dos gastos com agrotóxicos, registram que a produção agroecológica estimula e promove a descoberta das variedades de plantas que podem ser cultivadas em um mesmo espaço. A capacidade de observar o processo de desenvolvimento das plantas fica mais apurado, os alimentos mais saborosos e a família mais unida.

A constatação de que é essencial o compromisso com a segurança alimentar e nutricional, a vida e o bem viver, está na origem de processos de transição agroecológica promovidos por alguns grupos familiares no Rio Grande do Sul.

A experiência nomeada **Mudança de Vida**, desenvolvida por um grupo familiar em **Estrada Indaiá, município Cerro Grande do Sul**, registra o desafio de promover a transição onde predominava o cultivo de fumo, entre outros produtos convencionais com alta dependência de agrotóxicos. Atualmente o grupo produz sobretudo hortaliças e frutas para o autoconsumo e comercialização em feiras agroecológicas e participa de uma Organização de Controle Social (OCS). A saúde é apontada como a principal conquista com a experiência, e o grupo tem como perspectiva a integração em redes de agroecologia.

Transição Agroecológica da Família Froelich, assim é denominada a experiência desenvolvida em **Passo Novo, município de Santo Antônio das Missões.** Motivada pela determinação em produzir alimentos livres de agrotóxicos, sem a utilização de fertilizantes químicos, a família iniciou em 2014 a produção de hortaliças e frutas, e o beneficiamento em conservas, doces e geleias. Com os restos de alimentos produzem fertilizantes por meio da vermicompostagem. A família se uniu a outras famílias para formarem uma OCS e realizar atividades na região para difundir as práticas agroecológicas.

São muitos os desafios para a transição e construção da agroecologia presentes em todo o processo de produção. Dentre estes, há um desafio comum a grande parte das experiências que diz respeito aos riscos de contaminação da produção pelo uso intensivo de agrotóxicos nas propriedades vizinhas, principalmente nas lavouras anuais de grãos.

Nos quintais e dos quintais para os roçados

Os quintais reúnem saberes tradicionais, preservam a cultura alimentar, são espaços de experimentação, de ampla diversidade e complexidade produtiva e reprodutiva, de construção permanente de conhecimento e fonte de segurança alimentar para a família.

Os quintais são, ainda, espaços ricos em sociabilidades, cultura e formas de lazer. Neles as mulheres se encontram, recordam e contam histórias de vida, trocam saberes, mudas, ofertam hortaliças e frutas. Jovens e crianças costumam aproveitar os espaços dos quintais para o encontro com colegas, para criar brincadeiras e diversas formas de interação na família e com a vizinhança.

Contudo, os quintais não têm sido valorizados na medida da sua importância. De modo geral, ao longo do tempo, os quintais são vistos como uma mera extensão da cozinha, como um espaço das mulheres, sem valor produtivo.

As experiências mapeadas e muitas outras experiências Brasil afora revelam que as mulheres vêm alterando progressivamente essa realidade, ao transformar os quintais em espaços para a promoção da sua autonomia e reconhecimento. São processos de mudança que em muitas situações as mulheres ainda se veem restritas a esses espaços, sem integração com o restante das áreas de produção, e excluídas dos processos de gerenciamento da produção como um todo.

Por vezes a convivência dos quintais com os roçados e outras áreas produtivas da propriedade é marcada por conflitos. Essa condição pode ser identificada pela incompatibilidade entre práticas de agricultura convencional, com uso de agrotóxicos, e os quintais agroecológicos, e ainda em casos frequentes de intolerância à conquista da autonomia e reconhecimento das mulheres com seu trabalho nos quintais.

Essa intolerância se expressa de muitas formas, como nas manifestações de descrédito e desvalorização das iniciativas e dos trabalhos desenvolvidos pelas mulheres, chegando a formas de violência.

Embora não haja registro de atos de violência no mapeamento realizado, é de conhecimento geral a ocorrência de atos que comprometem a integridade física, psicológica e patrimonial das mulheres, chegando à destruição dos quintais.

O mapeamento revela a persistência das mulheres que fazem valer a determinação de produzir alimentos saudáveis, acreditando que é possível promover a transição para a agroecologia. Assim, fazem chegar os saberes dos quintais aos roçados, e chegam a alcançar a integração das áreas produtivas, e até mesmo a transformação de todo o ambiente produtivo familiar.

Os quintais produtivos de Piripiri, Piauí, compõem uma experiência familiar e coletiva que envolve os Projetos de Assentamento Cachoeira e Residência e as Comunidades do Araçá e Gia. Uma iniciativa da organização de mulheres do Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, que evoluiu para uma experiência que combina o trabalho familiar e coletivos, e conta com a participação dos membros das famílias. Nesse processo, as mulheres acessaram políticas públicas como Pronaf e ATER Mulheres, PAA, além de comercializarem via Cooperativa Agrofamiliar Frutos da Terra e na feira da agricultura familiar do município. Há várias limitações, dentre elas a descontinuidade do acesso às políticas, mas os avanços são considerados muito expressivos na elevação da autoestima e conquista da autonomia.

A necessidade de produzir alimentos livres de agrotóxicos diante de tantos casos de adoecimento na família e na comunidade, impulsionou a produção nos quintais, envolvendo toda a família, em **Nova Mamoré, Rondônia**. A produção que se destina ao autoconsumo carece de apoio e acesso a políticas públicas para se desenvolver, mas seus resultados são evidentes na recuperação e melhoria da saúde da família.

Motivação semelhante deu origem à experiência familiar no **PA Canoé, em Senador José Porfírio, PA**. Sem acesso a políticas públicas, mas com apoio do Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, a produção agroecológica de hortaliças, mandioca, macaxeira e farinha, além do autoconsumo, já se destina à comercialização na feira municipal.

Em Ibiapina, Ceará, na Comunidade Jurema do Norte, a experiência individual de cultivar o quintal com o objetivo de gerar renda, relatada por **Maria Salete**, teve início em 2012, com a produção de hortaliças, temperos e milho verde. A comercialização é realizada na própria comunidade, no local da produção, na feira da agricultura familiar, de porta em porta, e via PAA e PNAE. A participação em cursos sobre agroecologia, o acesso ao Pronaf e à assistência técnica foram essenciais para impulsionar a experiência. A visibilidade, reconhecimento e autonomia alcançados concorrem para boas relações na família e na comunidade, e estimulam a seguir em frente.

A experiência **Roçado Agroecológico Mãos à Obra, desenvolvida na comunidade de Cacimbinhas, em Forquilha, Ceará,** revela a integração entre quintais e roçados na produção de feijão, milho, melancia, jerimum, gergelim, fava, frutas, verduras e plantas medicinais. Desenvolvida a partir de 2014, foi motivada pelo interesse das mulheres em investir na sua união e organização para produzir alimentos saudáveis e conquistar autonomia financeira. Combinam o trabalho familiar e coletivo, envolvendo 40 pessoas, mulheres e homens. Contam com parcerias, acesso ao Pronaf e assistência técnica. As mulheres participam de todo o processo de produção, praticam a troca de produtos na comunidade e realizam a comercialização em feiras no município. A divulgação da experiência integra o trabalho de sensibilização da comunidade para não realizar queimadas, não utilizar agrotóxicos e não consumir produtos dos mercados de empresas, quando é possível produzi-los.

Sementes: tradição, resistência e saberes

A diversidade de espécies de sementes e de variedades crioulas são fundamentais para a conservação da agrobiodiversidade que caracteriza a agroecologia.

Dentre os desafios comuns às experiências mapeadas, está a disponibilidade de sementes para os cultivos nas roças e quintais, essencial para sustentar os processos de transição desenvolvimento da agroecologia. Da disponibilidade de sementes depende o trabalho com autonomia e a produção agroecológica das famílias e grupos de agricultoras e agricultores.

As sementes trazem em si tradição e saberes, despertam e mantêm viva a memória das práticas de seleção, preservação e cultivo; de experimentação de formas de manejo para sua adaptação e desenvolvimento. As sementes também significam resistência ao longo dos tempos, praticada sobretudo pelas mãos das mulheres nos seus quintais, verdadeiros campos de conservação, experimentação, cultivo e defesa do patrimônio genético. Por isso as mulheres são chamadas de guardiãs da biodiversidade.

As práticas de seleção, cultivo, conservação e troca de sementes pelas agricultoras e agricultores familiares, povos e comunidade tradicionais, são atos de resistência na defesa de seus territórios, da cultura e soberania e segurança alimentar e nutricional.

A autonomia e fortalecimento da agricultura familiar agroecológica, a vida dos povos e comunidades tradicionais depende da preservação e defesa do livre uso das sementes crioulas e de territórios livres de transgênicos, livres dos cultivos com sementes geneticamente modificadas.

A criação de casas e bancos de sementes nas comunidades, todo o cuidado em preservar a diversidade, as práticas de intercâmbio sobre as formas de manejo, adaptação e cultivo, as

práticas de troca, potencializam novas relações na família e na comunidade. O envolvimento ativo de mulheres e homens, jovens, crianças e idosos na preservação da cultura alimentar e da agrobiodiversidade potencializa e favorece novos modos de se relacionar baseados na cooperação e solidariedade, no respeito às diferenças, no reconhecimento do trabalho e autonomia das mulheres.

A experiência **Casa de Sementes Renascer no Sertão,** apresentada durante a Oficina Regional do Nordeste, exemplifica essas práticas com sua trajetória iniciada em dezembro de 2009, na comunidade de Caatingueirinha, município de Portiretama, CE.

Trata-se de uma pequena comunidade de resistência, margeada por grande empresa do agronegócio, com 60 famílias que lutam pela regularização fundiária. São terras agricultáveis sob a mira do agronegócio. A produção é diversificada e a renda é obtida com a comercialização, por meio do PAA, PNAE e em feiras. A falta de sementes e a dependência do fornecimento pelo governo do estado motivou a iniciativa da criação da Casa de Semente, um espaço de preservação, troca e comercialização de sementes crioulas. A experiência acontece no roçado coletivo onde o grupo, que totaliza 30 pessoas, faz testes com a diversidade de sementes. Seus integrantes destinam um dia de serviço para a produção que abastece a Casa e as atividades de intercâmbio, troca e comercialização. Esta tem sido realizada de forma cooperativa, em feiras e em outros espaços que se apresentam, a um preço justo, o que evita a atuação dos atravessadores.

As organizações parceiras foram fundamentais para a conquista de credibilidade nos projetos de convivência com o semiárido e superação das dificuldades encontradas. A importância da Associação Comunitária, do envolvimento das juventudes da comunidade e do apoio Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Potiretama são destacados como essenciais para a sustentação da experiência.

A Casa de Sementes, que também possui um viveiro de mudas, conta com a seguinte variedade de sementes: feijão rabo de cobra, canapum, coruja, costela de vaca, paulistinha, pingo de ouro, lisão, branco, guandu, corda, quenquém, azulão; milho-branco, dente de cavalo ou vermelho; sementes de fava, sorgo, gergelim, gergelim-preto, feijão-de-porco, leucena, linhaça, acácia, melancia e jerimum; angico, ipê, moringa.

Dentre os resultados da experiência, são destacados: o fortalecimento da vida em comunidade; o protagonismo reconhecido das mulheres e das juventudes; o despertar para outras iniciativas, como as atividades com as crianças. Contudo, consideram como desafio permanente a preservação das sementes crioulas; a convivência com os longos períodos de estiagem; a criação de alternativas de venda direta aos agricultores.

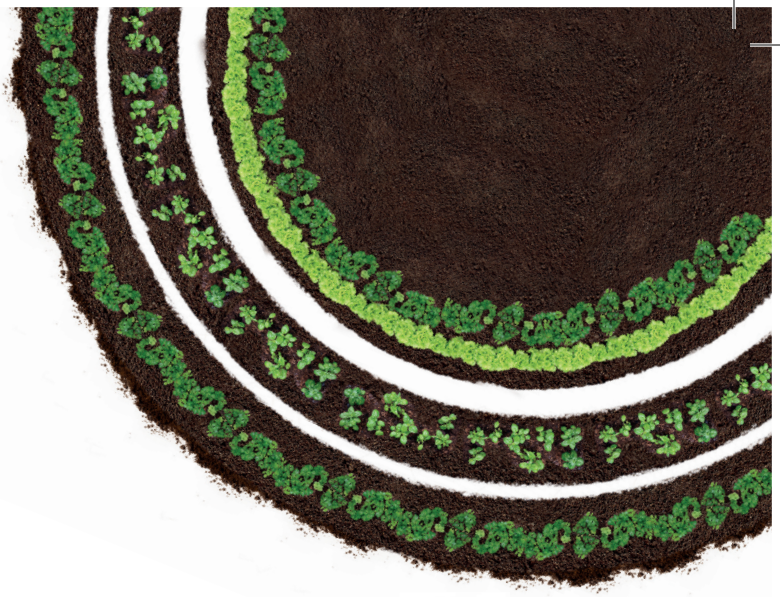
A experiência **Banco de Sementes Crioulas**, desenvolvida por um grupo de 20 mulheres no **Sítio Cansanção, Araripina, PE**, nasceu da necessidade urgente de conservar as sementes crioulas. Trata-se de uma experiência recente, iniciada em 2016, com a parceria da ASA e da organização Caatinga, especialmente para capacitação e experimentações com sementes de milho e feijão. As mulheres abraçaram esse desafio coletivamente, que envolve a conscientização da comunidade sobre a importância de resgatar e preservar as sementes crioulas, no processo de convivência com o semiárido.

Além das experiências relatadas, a prática de manutenção de viveiros de mudas e bancos de sementes crioulas pelas famílias e associações foram registradas pelas seguintes experiências, como fundamentais ao seu desenvolvimento:

- **Agroecologia e Desenvolvimento Socioambiental Comunitário da Associação dos Agricultores e Agricultoras Familiares da Serra dos Paus Dóias, Chapada do Araripe (AGRODÓIA)**, município de **Exu, Pernambuco**. Sua produção é diversificada no sistema agroflorestal, combina produção de hortaliças e plantas medicinais com roçados de inverno, frutas cultivadas e nativas e apicultura. Trabalham o processamento e beneficiamento dos produtos agroextrativistas.

- Experiência Agroecológica do Baixo São Francisco, desenvolvida pela **Associação de Moradores do Povoado Ladeiras A (AMPLA)** no Projeto de Assentamento Ladeirinhas, em **Japoatã, Sergipe**. A produção diversificada de hortaliças, frutas, macaxeira e mandioca e outros, combina com a prática de selecionar e guardar as sementes entre uma safra e outra, para que não falte e assegure a produção de qualidade.

- **Associação de Mulheres da Lagoa da Volta – Resgatando sua História**, do município de Porto da Folha, território do Alto Sertão Sergipano. A área da Associação, onde se desenvolve o banco de sementes crioulas, possui duas cisternas, uma parte utilizada para o cultivo de hortaliças e viveiro de mudas; um espaço com minhocário para a produção de adubo orgânico e três hectares utilizados para apicultura.



• A experiência **Agroecológica Familiar** do PA Imbauzinho, em **Ortigueira, Paraná**. A produção diversificada de hortaliças e frutas está associada à preservação de sementes crioulas para a troca na feira de sementes do município.

Essas experiências têm em comum o fato de destacarem as práticas de resgate, seleção, experimentação e conservação de sementes crioulas, como parte essencial do projeto de desenvolvimento da produção agroecológica.

Convivência com o semiárido

A agroecologia considera a convivência com o meio ambiente que integra todas as espécies de vida, como também as condições do clima, da água, do ar, da radiação solar, da energia, que afetam o ecossistema, ou seja, a relação entre os seres vivos e suas formas de vida. Com esse entendimento, não se trata de combater a seca, mas buscar meios de convivência e adaptação da organização produtiva aos ciclos da natureza.

As experiências agroecológicas desenvolvidas no Agreste e no Sertão nordestino revelam a diversidade produtiva que possibilita a conjugação dos roçados com os quintais, os períodos de estiagem com os períodos de chuva, as tecnologias sociais e demais alternativas encontradas para buscar o equilíbrio entre esses ciclos.

No lote de Dona Ana, no PA 10 de Abril, no Crato, Ceará, a estratégia de convivência com o semiárido é demonstrada na diversidade produtiva. Durante o verão, a produção é concentrada nas hortaliças, e na quadra invernosa, além da horta, o cultivo do roçado de milho, feijão, arroz e fava.

A experiência visitada durante a oficina regional do Nordeste, no **Projeto de Assentamento Capim Grosso, município de Caucaia,** demonstra o desafio de se produzir no semiárido, sem infraestrutura e sem assistência técnica. Todavia, a agricultora **Cláudia** e seu esposo desenvolveram formas de adaptação ao ecossistema, com árvores, frutas, hortaliças e criação de pequenos animais. A preservação de sementes crioulas faz parte das práticas desenvolvidas na propriedade, que tem sido uma referência para o desenvolvimento da agroecologia no semiárido. A produção que se destina ao autoconsumo é também comercializada no município por meio do PNAE, destacado como uma grande conquista da agricultura familiar. A comercialização na feira do município tem sido um desafio frente à dificuldade de transportar os produtos. Entretanto, há a perspectiva de a comunidade se organizar com o apoio do sindicato para conseguir a participação frequente na feira municipal.

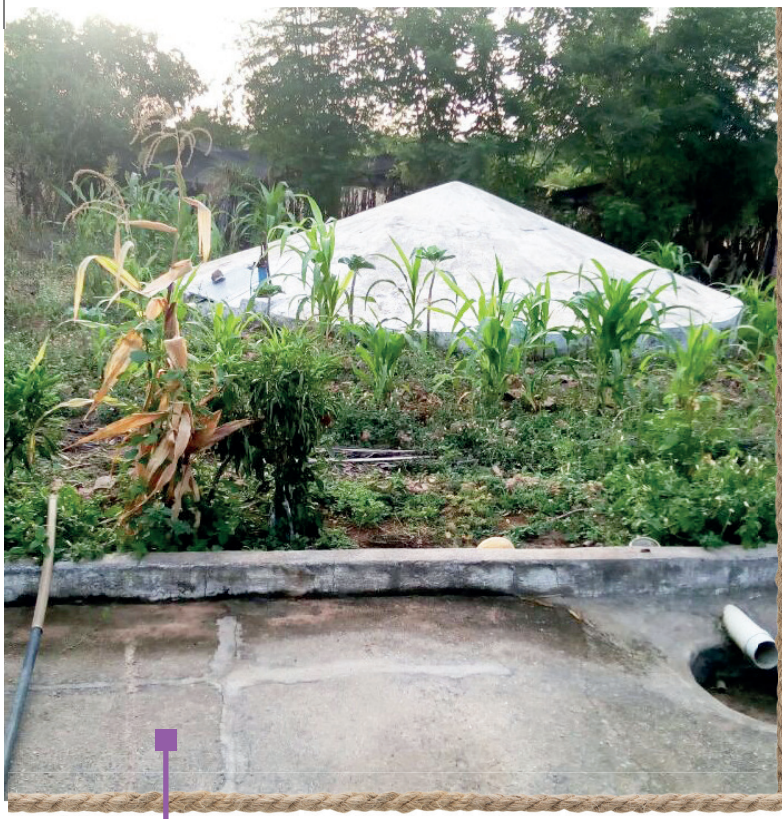
Um grupo de mulheres da **Comunidade Lagoa, município de Amarante, Piauí,** iniciou a produção de hortaliças em maio de 2017. A experiência estimulada pelo Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais tem sido desenvolvida em uma área cedida, com o apoio da Emater e da Prefeitura, e já registra bons resultados. A produção se destina à merenda escolar das escolas municipais, e apesar de se tratar de uma experiência muito recente, as mulheres consideram uma grande conquista no semiárido, sentem-se fortalecidas e estimuladas a seguir em frente.

A adoção de tecnologias sociais, como aquelas desenvolvidas pela Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA), tem se mostrado eficaz no processo de convivência com o semiárido, impulsionando várias experiências agroecológicas. O Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2), por meio da construção de cisternas de enxurrada e calçadão, tem garantido o abastecimento de água potável e para a produção de alimentos.

O grupo **Mulheres em Ação, na comunidade Caiçaras Cajazeiras, em Forquilha, Ceará,** se sentiu estimulado a desenvolver sua produção de forma coletiva em 2015, com o acesso à água por meio da construção de cisternas. A partir de então, além da produção para o autoconsumo, comercializam hortaliças, plantas medicinais, galinhas caipiras e ovos em feiras e porta a porta, o que tem promovido a autonomia das mulheres e garantido melhor qualidade de vida.

Situação semelhante tem sido vivenciada por **Dona Maria Erilene na comunidade Barriguda, em Novo Oriente, Ceará. A produção agroecológica familiar** se tornou possível a partir da conquista de uma cisterna de enxurrada e dois canteiros. A família se sentiu estimulada a ampliar os canteiros e diversificar a produção com frutíferas, e outras hortaliças.

A experiência agroecológica de Dona Rosa de Gararu, em Sergipe, é também um exemplo de convivência com o semiárido, desenvolvida com o apoio da Articulação Semiárido Brasil (ASA), do Centro Dom José Brandão de Castro (CDJBC) e do Projeto Dom Hélder Câmara. Em seu lote no Projeto de Assentamento Nova Esperança, cultiva milho, feijão, abóbora, hortaliças, diversas árvores frutíferas e mandioca, além de criar ovelhas, galinhas e praticar a apicultura. O quintal onde também produz grande variedade de plantas medicinais se tornou referência como uma farmácia viva para toda a vizinhança. Ainda produz e distribui mudas de hortaliças, de árvores frutíferas e típicas do sertão para reflorestamento e ração para os animais.



A experiência da **Associação de Mulheres da Lagoa da Volta "Resgatando sua história" no município Porto da Folha, Sergipe**, desenvolve vários recursos para a convivência com o semiárido. Na área da associação há duas cisternas, um banco de semente crioulas, um viveiro de mudas e um minhocário para produção de adubo. **Dona Cida**, que participa da Comissão Municipal da Articulação Semiárido Brasil (ASA), conta com duas cisternas: uma de 16 mil litros para consumo humano, e outra de 52 mil litros para produção de alimentos. Associado às cisternas desenvolveu projeto de criação de galinhas e plantação de árvores frutíferas adaptadas ao semiárido. A participação em capacitações e intercâmbios favoreceu a utilização dos recursos e tecnologias sociais, com o melhor aproveitamento do terreno e melhoramento da produção. Em um dos intercâmbios de que participou, conheceu a tecnologia do biodigestor, que desenvolveu em sua propriedade em 2012. Três anos após, recebeu um prêmio da Petrobras e construiu o segundo biodigestor, fortalecendo o seu quintal produtivo e a economia do gás de cozinha, pois ela construiu um fogão a gás de esterco animal, sendo a primeira sergipana a ter um biodigestor em pleno funcionamento no quintal de sua casa. A criação de cabras e galinhas fornece o esterco, que juntamente com o esterco de boi recolhido nas pastagens vizinhas constitui a matéria-prima do combustível que faz acender o fogão em sua cozinha. Assim, Dona Cida se tornou uma referência na prática de preservação do solo e da água no semiárido sergipano.

A experiência **Agroecologia e Desenvolvimento Socioambiental Comunitário** teve início em 2005 com a criação da Associação dos Agricultores e Agricultoras Familiares da **Serra dos Paus Dóias, Chapada do Araripe - AGRODÓIA, município de Exu, PE**.

A Serra dos Paus Dóias se situa em uma Área de Proteção Ambiental (APA) na Chapada do Araripe, e seus habitantes enfrentam a falta de regularização fundiária. A produção combina roçados familiares individuais com atividades coletivas na agroindústria da comunidade e suas tecnologias associadas. A Associação é presidida por uma mulher, e atualmente 26 famílias são associadas, com cerca de 4 pessoas por família, o que equivale a 104 pessoas com diferentes níveis e formas de envolvimento.

A experiência de convivência com o semiárido envolve um conjunto de recursos, tecnologias sociais, produção diversificada agroecológica, agroflorestal e extrativista. A diversidade produtiva expressa os princípios da produção agroecológica e agroflorestal, com a integração de hortaliças variadas, plantas medicinais, a roçados de inverno (milhos, feijões, favas, andus, macaxeiras, mandiocas e outros) e frutas cultivadas e nativas. Associada a esta produção, há a criação de pequenos animais, aves e abelhas nativas e africanizadas. O beneficiamento se realiza com a produção de doces, geleias, licores, farinhas, condimentos e molhos, óleos, mel de abelhas. Além disso produzem sabão e produtos de limpeza. A experiência resulta de um longo processo de organização, do apoio e parceria com diferentes organizações.

O processo de comercialização ainda é considerado frágil, embora possua selo da Agricultura Familiar e participe em feiras, eventos da agricultura familiar, intercâmbios na comunidade, entrega por encomendas e em alguns pontos do pequeno varejo. A feira na sede do município fica distante da comunidade e as condições de infraestrutura são precárias para possibilitar a participação da associação.

Ao longo de 13 anos, a Agrodóia registra avanços e bons resultados, a começar pela organização comunitária e a incidência em vários espaços, como o Conselho de Desenvolvimento Rural e de Turismo no município, e do Conselho Consultivo da APA CHAPADA DO ARARIPE, coordenado pelo ICMBio. A Associação possui

Declaração de Utilidade Pública Municipal, DAP Jurídica e Selo da Agricultura Familiar, e preside atualmente a ECOARARIPE – Certificadora Orgânica Participativa do Território do Araripe. Membros da Agrodóia integram o corpo de associados das organizações Centro Sabiá e Caatinga e a direção desta. A Agrodóia é membro do Slow Food Brasil e da Arca do Gosto, onde participa com mel da abelha uruçu-de-chão e do cambuci; recebe anualmente mais de mil visitantes para conhecerem a experiência e foi agraciada com o Prêmio George Marc Grave de Biodiversidade e Desenvolvimento Socioambiental do Centro Cultural Brasil-Alemanha.

Com uma experiência consolidada, a Agrodóia, registra diversos desafios para que se realize plenamente os princípios da agroecologia na produção e nas relações familiares e comunitárias. Para tanto dependem do fortalecimento permanente da organização da agricultura familiar, da regularização fundiária, do aprimoramento dos sistemas de captação de água, da crescente conquista da autonomia das mulheres, da construção de parcerias estratégias e contínuas.

Diversidade produtiva

As experiências revelam ampla diversidade produtiva, com predomínio de hortaliças, temperos, ervas medicinais e frutas. A fruticultura é também praticada no sistema agroflorestal, adotado como estratégia para recuperação de áreas degradadas e fertilidade do solo, onde se conjuga a produção de frutíferas com cultivos agrícolas anuais e criação e animais.

A produção de sementes e mudas integra vários registros, como uma prática essencial nos processos de transição e produção agroecológica.

As práticas agroextrativistas se destacam na Amazônia, Cerrado e Caatinga, especialmente de frutas como o açaí, bacuri, cupuaçu, pequi, carimã, babaçu, caju e de semente de murumuru. As frutas são beneficiadas na forma de polpas, geleias, doces, farinhas, óleos, manteiga e outros.

Entre as experiências mapeadas, também se destacam como de grande importância para a renda familiar, a apicultura: com a produção de mel; a criação de pequenos animais, especialmente galinha caipira, para abate e produção de ovos. Há ainda experiências de cultivo de plantas alimentícias não convencionais (PANCs), cultivo de rosas, morangos e plantios tradicionais de lavanda, desenvolvidas no sul do país.

O artesanato é a atividade principal em duas experiências coletivas, desenvolvidas com práticas ecológicas e sustentáveis associadas à preservação e cuidado com o meio ambiente.

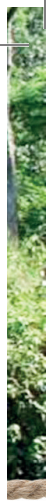
Do conjunto das experiências mapeadas, 37% registram que já acessaram o Pronaf e 24% tiveram acesso à Assistência Técnica, realizada em grande parte por meio de organizações não governamentais. Por outro lado, 51 das experiências mapeadas, o que equivale a 82%, estabeleceram parcerias para o desenvolvimento da organização produtiva e da comercialização.

Comunidades tradicionais e agroextrativismo

A produção agroextrativista combina a agricultura sustentável com a extração de frutas, sementes e outros produtos nativos. Em geral, as atividades extrativistas são desenvolvidas por comunidades e povos tradicionais e por segmentos da agricultura familiar, que buscam integrá-las com o cultivo de diferentes culturas, árvores frutíferas, criação de animais e outros. As práticas de uso e manejo dos recursos naturais, o desenvolvimento de sistemas agrícolas tradicionais que compõe a agrobiodiversidade, são desenvolvidas a partir da cultura, hábitos, tradições e dos saberes locais, reproduzidos pelas sucessivas gerações. Nesse sentido, integra processos históricos de resistência e dimensões identitárias de diferentes povos e territórios. Ao conjunto dessas práticas e aos bens e serviços que delas resultam, dá-se o nome de sociobiodiversidade.

As experiências protagonizadas por mulheres revelam contextos de conflitos, trajetórias de resistência e luta em defesa dos territórios, das florestas e dos babaçuais. A diversidade de culturas e hábitos alimentares marca o beneficiamento dos produtos que são alternativas de renda e garantem a soberania e segurança alimentar e nutricional.

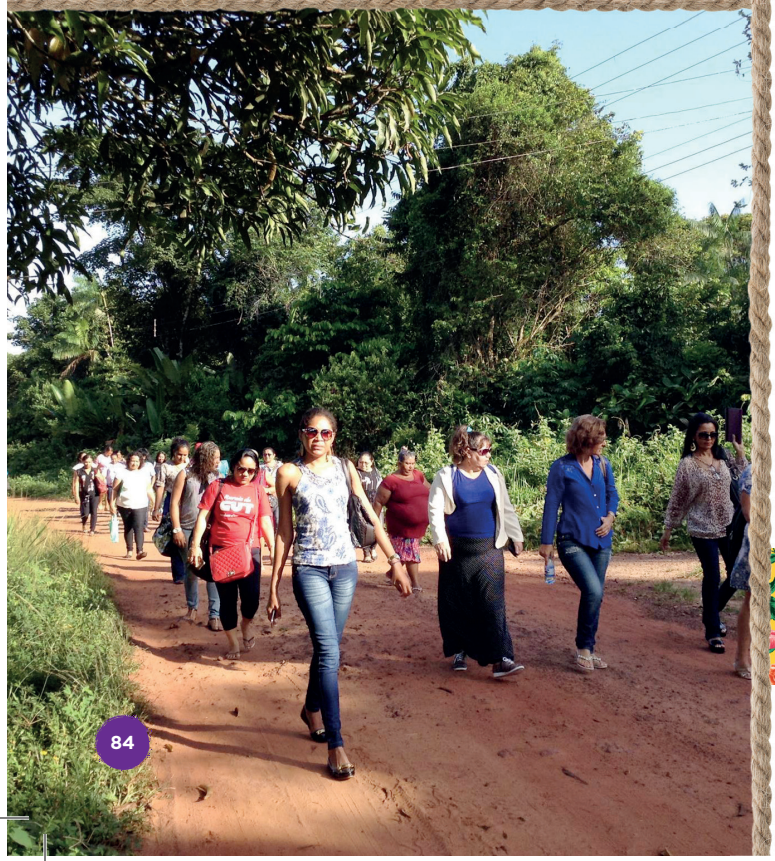
As quebradeiras de coco babaçu das comunidades **Cajazeiras e Bebedouro, do município Urbano Santos, Maranhão**, extraem as amêndoas principalmente para a produção de azeite. A farinha extraída do mesocarpo, além de seu alto teor nutritivo, traz múltiplos benefícios para a saúde. Além disso, a casca, palhas, folhas e caule são utilizadas para várias finalidades, como a confecção de artesanatos, na cobertura de moradias, para carvão e adubo.



Organizadas no Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, as mulheres quebradeiras vêm enfrentando várias formas de violência por parte do latifúndio e seus capangas, para impedir o acesso das mulheres aos babaçuais. Além de violências físicas, ameaças de morte, enfrentam a destruição dos babaçuais, pois as mulheres são defensoras das palmeiras. A Lei Babaçu Livre, conquistada em alguns municípios e no estado de Tocantins, segue na plataforma de luta das quebradeiras de coco e integra as pautas de reivindicação da Marcha das Margaridas.

Outra experiência extrativista desenvolvida pelas mulheres das **comunidades São Raimundo, Bom Princípio e Bracinho, no município Urbano Santos**, é a extração do bacuri, pequi e outros frutos comuns no bioma Cerrado do estado do **Maranhão**. Como acontece em relação aos babaçuais, as mulheres são guardiãs dessas árvores nativas, e as associações das comunidades coletoras estabeleceram normas para a coleta, de forma a respeitar os ciclos dos frutos e realizar a coleta no tempo certo. A luta pela terra, em defesa e pelo direito ao território, é permanente, diante da destruição da biodiversidade e da violência perpetrada contra as comunidades tradicionais.

No **Projeto de Assentamento Centro dos Martins Agricolândia, município de Maranhãozinho, MA**, a experiência agroextrativista é desenvolvida desde 2005 por 25 famílias associadas na Agricomel. A produção de mudas e extração do açaí, cupuaçu, mel de abelha é associada ao cultivo de hortaliças, árvores frutíferas, café e mandioca, que são comercializados em feiras no município.



A **Comunidade Abacatal**, remanescente de quilombo, localizada nas proximidades da sede do município de Ananindeua, região metropolitana de Belém, estado do Pará, ocupa o território desde o século XVIII. Ao longo de todo esse tempo, sete gerações de famílias vêm resistindo a diversas formas de ataques e violências, com a invasão do território, derrubada de moradias, ameaças frequentes às lideranças. Atualmente 62 famílias convivem com a poluição dos igarapés, da água e do ar que respiram provocada pelo aterro sanitário de Aurá, que recebe todo o lixo da região metropolitana de Belém, e pelo despejo de esgotos de condomínios habitacionais. Há previsão da instalação de grandes projetos que afetarão a comunidade e sobre os quais a população não foi consultada. A comunidade desenvolve sistema agroflorestal e agroextrativista, combinado com o uso comum dos recursos naturais, com baixo nível tecnológico. Produzem principalmente frutas e mandioca. Um grupo de mulheres realiza o beneficiamento de frutas na forma de licores e doces e confecciona artesanatos, como biojoias e outros. As políticas de transferência de renda do governo federal, principalmente o Programa Bolsa Família, complementam a renda das famílias, que comercializam seus produtos na feira do município.

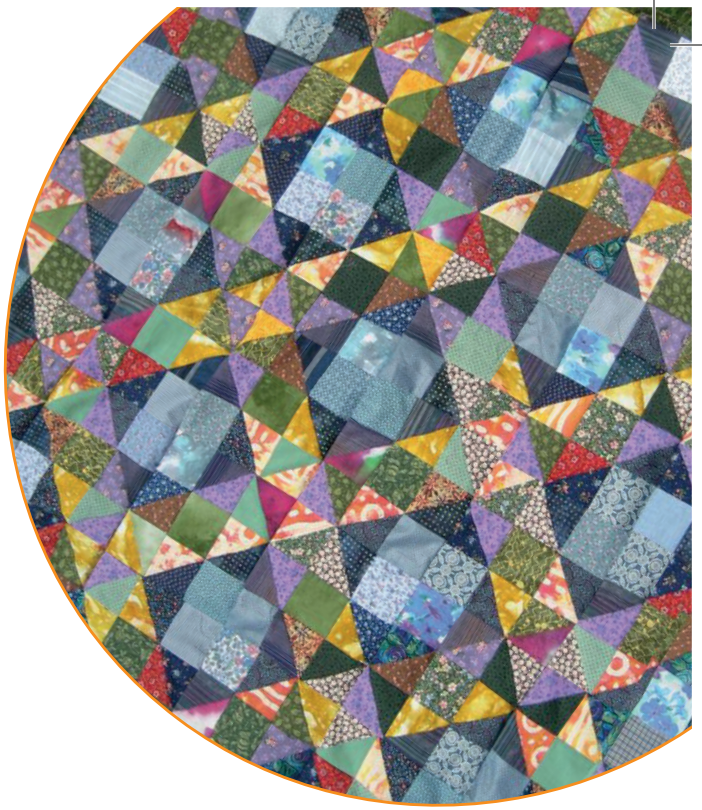
A **Comunidade Santana do Arari**, remanescente de quilombo do século XIX, faz parte do **PAE – Projeto de Assentamento Extrativista Ilha Santana, localizado no município Ponta de Pedras, Ilha do Marajó, Pará**. Trata-se de uma comunidade bem organizada na defesa de seus bens comuns, no reconhecimento e valorização da cultura e das tradições. As mulheres da comunidade formam o grupo Uiramuru, nome indígena para honrar a tradição indígena que também está na origem das mulheres da comunidade, e que significa o poder da mãe da mãe, ou seja, o poder da avó.

A presidenta o Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, e coordenadora da Regional da Ilha do Marajó da Fetagri PA, **Arlete da Conceição**, apresentou a experiência das Mulheres do Grupo Uiramuru. Embora cada família tenha seu pedaço de terra, o uso dos recursos da floresta é comum, de onde são extraídos o açaí, bacaba, cupuaçu e bacuri. No processo de estudo das suas matas, descobriram as sementes de murumuru e de andiroba, e atualmente se voltam para estudar as possibilidades de extração do óleo de outras sementes. Até então, o grupo tem se dedicado à extração das sementes de murumuru, que entregam em cooperativa para produção de manteiga utilizada como cosmético para tratamento capilar. As mulheres contam com a colaboração dos homens, maridos e filhos na limpeza das áreas para que as mulheres juntem as sementes.

O artesanato também é praticado pelas mulheres, principalmente com sementes de açaí. O uso comum da floresta obedece a acordos coletivos sobre a atividade extrativista que deve respeitar os ciclos das plantas e deixar a reserva para a fauna que delas sobrevivem.

O sistema agroflorestal (SAF), desenvolvido pelas mulheres da **Linha 621, KM 10,5** do município de **Jaru, Rondônia**, envolve o consórcio das culturas de mandioca, feijão, milho, frutas e árvores nativas como o cupuaçu e o cacau. Cultivam inhames, carás, abóboras, hortaliças variadas, plantas medicinais. O trabalho agroecológico familiar realizado por três mulheres no sistema agroflorestal inclui a criação de pequenos animas. Embora trabalhem para resguardar a biodiversidade e busquem proteger sua área de cultivos, lidam com o risco permanente de contaminação oriunda da pulverização aérea de agrotóxicos em áreas próximas. As mulheres da Linha 621, KM 10,5, também se organizam em grupo em que desenvolvem práticas de homeopatia, trabalhos artesanais e a produção de chocolates. A produção é destinada ao autoconsumo e à comercialização via PAA e o comércio local.

No Projeto de Assentamento Cachoeira do Fogo, no município de Independência, CE, 4 grupos familiares se dedicam ao artesanato com o barro, uma tradição na família, passada de geração a geração, por cerca de 150 anos. Ao longo dos anos o barro vem sendo extraído do mesmo local, o que tem sido possível pela conservação da qualidade da terra, associada às formas de manejo do agroecossistema. O artesanato se tornou uma referência na comunidade e no município e constitui fonte de renda para as famílias, especialmente nos períodos de longa estiagem, quando decai a produção na agricultura, insuficiente para a subsistência. Embora a atividade seja liderada pelas mulheres, participa toda a família e os produtos são destinados à troca e comercialização no pequeno varejo local. Os grupos recebem assessoria técnica do SEBRAE, o que possibilitou o aperfeiçoamento das peças, maior aceitação e procura pelos produtos. O Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais tem sido parceiro constante, articulando a participação em cursos e feiras no município, na região e na capital do estado.



A **Comunidade tradicional de Santa Maria, no município de Urbano Santos, região do Baixo Parnaíba Maranhense**, é produtora de farinha. Ao longo dos tempos vem enfrentando as ameaças do latifúndio, e nos últimos anos as investidas com as monoculturas de soja e eucalipto, que avançam sobre as comunidades, destroem suas matas e buscam desalojar as famílias e se apoderar do território. Apesar do processo em curso no INCRA para o reconhecimento da comunidade tradicional e definição da área de interesse para fins de reforma agrária, recentemente as famílias foram ameaçadas de despejo, com mandado de reintegração de posse expedido pelo judiciário local. A luta permanente em defesa do direito à terra e ao território revela a resistência das famílias e expressiva participação das mulheres que vivem do agroextrativismo, segue com o apoio de Fóruns e Redes de Defesa dos Direitos da Cidadania do Maranhão.

O destino da produção

A produção de alimentos se destina em primeiro lugar ao autoconsumo. Além de suprir a necessidade básica de alimentação da família, a determinação de assumir o compromisso com uma vida saudável define a destinação primeira da produção à própria família. O excedente da produção se destina a diferentes formas de comercialização.

Entre a produção para o autoconsumo e a comercialização propriamente dita, há registros de práticas de troca e de doação. No conjunto das 62 experiências, entre mapeadas, visitadas e apresentadas nas oficinas regionais, 4 registram a doação e 15 registram a troca como práticas frequentes.

A princípio, esses registros de doação e troca parecem baixos, tendo em vista que se trata de práticas comuns às mulheres na agricultura familiar, práticas que geralmente passam despercebidas pelo fato de não serem mediadas pelo dinheiro, ou não terem objetivo financeiro. São práticas tradicionais, que integram as relações e o desenvolvimento das sociabilidades na agricultura familiar. Mas, sobretudo, são práticas que dizem respeito à produção das mulheres e concorrem para a segurança alimentar e nutricional das famílias e da comunidade.

Falando mais sobre os diferentes destinos da produção agroecológica das mulheres....

A Caderneta Agroecológica construída por redes de mulheres rurais do campo agroecológico e feminista, integrantes do GT Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), tem sido um instrumento potente para dar visibilidade e demonstrar o destino da produção das mulheres, e promover a reflexão e debate sobre a renda na agricultura familiar.

Conforme a exposição de **Rita Teixeira**, da Rede de Mulheres Empreendedoras da Amazônia (RMERA), durante a oficina realizada em Belém, a Caderneta Agroecológica adotada em cinco regiões do país, a partir do projeto Mulheres e Agroecologia em Rede, tem surpreendido as próprias mulheres, que não faziam conta da grandiosidade e importância da sua produção.

Normalmente não se levam em consideração os produtos consumidos, doados e trocados, no cálculo da renda familiar, e ao exercitar o registro desses produtos, quantificá-los e atribuir-lhes um valor, tem-se a real dimensão do trabalho das mulheres. Essa dimensão vai muito além da subsistência das famílias, reveladora que é da agrobiodiversidade preservada e cultivada pelas mulheres, que integra, dentre outros, as sementes, plantas medicinais, frutas, hortaliças e outros produtos alimentícios que garantem a segurança alimentar e nutricional, valorizam a cultura e constroem a soberania e segurança alimentar.

As reflexões em torno da invisibilidade da produção das mulheres, da desvalorização dos produtos destinados ao autoconsumo familiar, às doações e trocas, indicam a lógica de mercado que predomina na economia capitalista, onde não tem lugar o trabalho doméstico e todo aquele associado à reprodução da vida.

As cadernetas agroecológicas têm proporcionado a visibilidade para as práticas cotidianas que sustentam a agricultura familiar. Convoca-nos a exercitar outra perspectiva de olhar e compreender as relações na organização produtiva, que não se destinam e tampouco se reduzem às relações de mercado, que não opõem produção e reprodução; mercado e consumo, mas revelam outra lógica, da economia feminista, comprometida com a valorização, emancipação e autonomia das mulheres. Portanto, é essencial que as mulheres obtenham renda monetária com sua produção, mas esta vai além, revelando que não somente é possível, como real e concreta a construção do desenvolvimento alternativo, sustentável, agroecológico, feminista e solidário.

Construção social de mercados

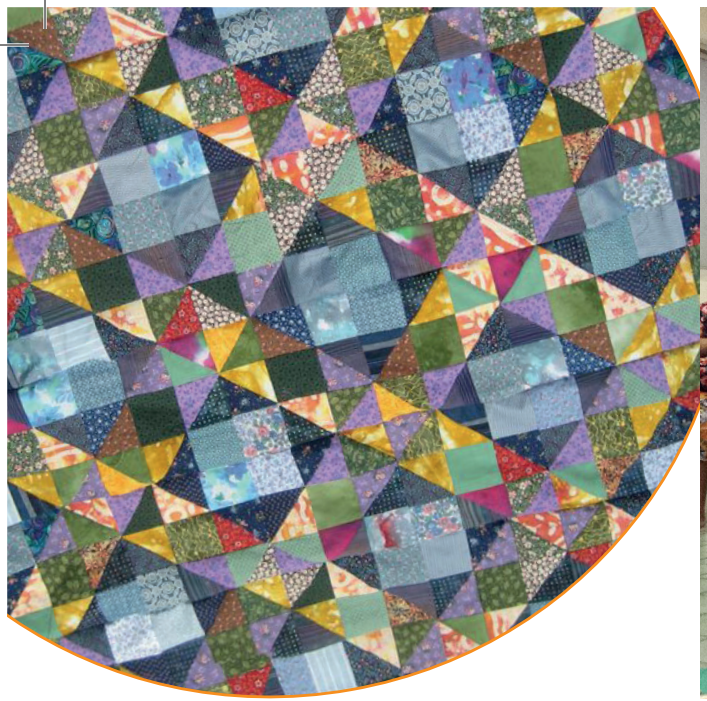
Os circuitos curtos de comercialização, os pequenos varejos locais e as feiras-livres e agroecológicas compõem a construção social de mercados, que envolve uma relação direta e transparente com os consumidores e consumidoras. Nessa perspectiva, a relação campo e cidade integra a dinâmica da agricultura familiar e o desenvolvimento sustentável.

A agroecologia, como já foi abordado, abrange, além do modo de produzir, o modo de se relacionar na agricultura, que se estende às relações entre quem produz e quem consome. O compromisso com a alimentação saudável se materializa no autoconsumo do que se produz, como no interesse de que mais e mais pessoas possam ter acesso a essa alimentação de qualidade. Ou seja, faz parte da perspectiva agroecológica uma relação articulada e coerente com os princípios agroecológicos, entre a produção, a circulação dos produtos e o consumo.

A perspectiva agroecológica conduz a outra concepção de mercado, muito diferente do mercado convencional. Para este, as regras e funcionamento estão acima das pessoas, não importam as relações entre produção e consumo, mas simplesmente o consumo e o lucro que se obtém. Para a agroecologia, importa o que e como se produz, de forma sustentável, livre de agrotóxicos, de modo a conservar a agrobiodiversidade, valorizar as culturas regionais. Importa a aproximação entre produtoras/es e consumidoras/es e relações transparentes e de confiança.

Nessa perspectiva, têm sido desenvolvidas diferentes alternativas nos chamados circuitos curtos de comercialização, como: feiras, pontos de venda direta, cestas agroecológicas por encomendas, vendas porta a porta.

As experiências mostram a participação em diferentes tipos de feiras: feiras-livres municipais, feiras agroecológicas organizadas em diferentes espaços, feiras itinerantes. Há feiras organizadas pelas prefeituras, por associações e sindicatos, articuladas e realizadas em espaços de órgãos públicos, universidades, institutos federais e outros. Há feiras itinerantes entre municípios, feiras regionais e estaduais. A organização, seja por meio de associações, cooperativas, sindicatos, e a articulação de parcerias são essenciais para a realização das feiras, assim como o estabelecimento de relações com grupos de consumidores, associações de bairro e outros grupos organizados de moradores das cidades.



A experiência das mulheres de Igarapé-Miri, Pará, apresentada por **Benedita Carvalho, conhecida como Bena do Sindicato**, desafiou o descrédito de muitos e comprova a possibilidade de construir feiras da agricultura familiar no município, com a produção das mulheres. Comprovou não apenas que havia produção de qualidade para comercializar, como era possível, com um trabalho organizativo, que as mulheres obtivessem renda com sua produção.

Com perseverança e organização, realizaram a primeira feira na sede do município em 2012, e atualmente já são 15 grupos de mulheres envolvidos na realização das feiras. As mulheres se surpreenderam com o interesse das pessoas da cidade, inclusive por produtos que as próprias mulheres achavam que não seriam valorizados, como a crueira, aquela massa da mandioca, mais grossa. A população tem mostrado grande interesse pelos produtos da agricultura familiar, inclusive por aqueles alimentos que se tornaram pouco comuns, que não são encontrados nos varejos locais, mas principalmente por saberem a sua origem e por se tratar de alimentos saudáveis,

As mulheres conquistaram espaços para realizar as feiras, com organização, trabalho e, sobretudo, com grande ousadia. De acordo com Bena, ***"o jeito que tem é a gente ir abeirando aí, ir ocupando as praças com as feiras. E mesmo que eles não queiram a gente vai ocupando".*** Os grupos não possuem certificação da produção agroecológica, mas vão se articulando "para provar que a gente está trabalhando agroecologicamente correto, socialmente justo, que trabalhamos a solidariedade, que se junta para trabalhar, que resgata as práticas do nosso meio, como os mutirões". Assim, os grupos de mulheres de Igarapé-Miri ampliam seu trabalho e conquistam reconhecimento e autonomia.

Em Cachoeira do Sul, Rio Grande do Sul, na Comunidade Rincão dos Mineiros, a experiência agroecológica denominada Campo Livre integra a produção de hortaliças com culturas anuais, como feijão, arroz e mandioca. Atualmente a comercialização se realiza por meio de cestas agroecológicas a grupos de consumidores, na feira semanal do município e em feiras itinerantes organizadas pelo Grupo Gaia, ligado à universidade.

A produção e beneficiamento de frutas com a marca Ecosabores é desenvolvida em uma propriedade de 9 hectares cuja maior parte é constituída por mata nativa, localizada na **Comunidade Vale das Flores, em Bom Princípio, RS**. A experiência já consolidada teve início em 1998, com o desafio lançado na região de cultivar morangos livres de agrotóxicos, e foi intensificada a partir de 2012. O desafio abraçado deu novo sentido à vida das agricultoras e agricultores familiares da região.

A experiência protagonizada pela agricultora **Adriana Steffen** se articula a outras organizações para fins de certificação, comercialização e integração em rotas de turismo rural. A produção integra morangos, figo, goiabas, flores aipim, alho, cebolas, batata-doce. O acesso ao Pronaf Mulher e Ater Agroecologia são registrados como de grande importância para impulsionar a experiência, assim como capacitação voltada para o turismo rural, processamento vegetal e boas práticas no beneficiamento da produção. A produção, que já foi comercializada via PAA e PNAE, atualmente é realizada de forma coletiva em feiras e para consumidores que visitam a propriedade. Um dos desafios destacados é sensibilizar e esclarecer os consumidores sobre a produção agroecológica e orgânica da agricultura familiar, comercializada nas feiras, que se distingue dos produtos orgânicos das redes de supermercados e de shoppings.

Na comunidade de Barrancos, município de Bom Jardim, Pernambuco, a agricultora **Eliene Hermínio** produz hortaliças, tubérculos, frutas e alguns produtos beneficiados que leva para comercializar na feira agroecológica em Recife. Ela é associada da Agroflor – Associação dos Agricultores e Agricultoras Agroecológicos de Bom Jardim, por meio da qual recebe apoio para produzir e comercializar.

Associação dos Agricultores Agroecológicos e Biodinâmicos da Serra do Rola Moça e região de Ibirité, Minas Gerais, criada em 2013, vem se fortalecendo no processo de comercialização de hortaliças, ervas aromáticas e frutas. Os produtos são comercializados em feiras-livres nos municípios de Ibirité e Belo Horizonte e já contam com o reconhecimento de consumidores que buscam alimentos saudáveis e agroecológicos. A experiência relatada durante a Oficina Regional por Marlene Antônia, presidenta do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Ibirité, teve como impulso inicial a participação na Marcha das Margaridas em 2011 e na Feira Agriminas de 2012, organizada anualmente pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Minas Gerais (Fetaemg). Desde a sua criação, a Associação contou com a parceria da Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Ibirité, Fetaemg, Fundação Banco do Brasil, Associação No Ato, Cáritas Brasileira, Instituto Mali e Prefeitura Municipal de Ibirité. Contudo, a associação ainda se depara, dentre outros, com o desafio de ter seu próprio terreno e obter a certificação de seus produtos.

Na comunidade de Mato Grande, município de Turmalina, Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais, a produção de hortaliças é destinada ao autoconsumo e comercializada na feira do município, onde ocorrem trocas entre as produtoras. A interação com as consumidoras e consumidores é destacada como essencial para formar uma freguesia que conhece a origem dos produtos e confia na sua qualidade.

O morango é a principal cultura familiar na propriedade situada na **Linha Inspetor Carvalho, município de Prudentópolis, Paraná**. Segundo a agricultora **Marucha Vettorazzi**, tanto o morango *in natura* como as polpas e geleias são comercializados de casa em casa, por encomendas, e no pequeno varejo local. A experiência não conta com parceria permanente, a não ser o apoio do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais para o acesso ao Pronaf. O diálogo com os consumidores sobre a qualidade dos produtos agroecológicos, para esclarecer a diferença entre estes e aqueles produtos da agricultura convencional tem sido uma estratégia fundamental para fazer avançar a agroecologia e enfrentar o desafio da disputa tão desigual no processo de comercialização.

Organização de Controle Social (OCS)

Algumas experiências constituíram uma Organização de Controle Social (OCS) como estratégia para a garantia da qualidade da produção da agricultura familiar, na venda direta aos consumidores. Assim tem garantido o reconhecimento como produção orgânica, embora não certificada, e o acréscimo de até 30% no valor dos produtos comercializados por meio dos programas de compras públicas, PAA e PNAE.

A Associação das Mulheres Agroecológicas do Riachuelo – AMARI, Ji-Paraná, RO, por meio da sua OCS, criada em 2012, conquistou a certificação participativa como estratégia para garantir a qualidade de sua produção junto aos consumidores, o que concorre para melhor atingir seus principais objetivos, a segurança alimentar das famílias e a autonomia de suas associadas.

A **Organização de Controle Social do Território Leste Sergipe (OCS)** foi criada em 2010, com apoio da Secretaria de Estado de Inclusão Social, constituída por grupos produtivos dos municípios de Japaratuba, Capela e Pirambu. O expressivo protagonismo das mulheres no processo organizativo da produção e da comercialização tem garantido a continuidade da experiência. Atualmente a OCS conta com a participação de 20 famílias das comunidades São José, Riachão e do PA 13 de Maio do município de Japaratuba e da Comunidade Quilombola de Pirangi, do município de Capela.

As hortaliças, frutas, milho, feijão, mandioca, macaxeira, farinha, tapioca estão vinculadas à OCS, mas a produção dos grupos abrange também a criação de suínos, peixes, ovos e produtos beneficiados, como bolos e pés de moleques. Atualmente a comercialização ocorre em seis feiras, duas na cidade de Japaratuba, uma feira-livre e outra exclusiva de produtos agroecológicos e orgânicos. As demais feiras agroecológicas ocorrem em Aracaju, no Parque da Sementeira, e em espaços cedidos por órgãos públicos: Secretaria de Estado da Mulher, Inclusão, Assistência Social, do Trabalho e dos Direitos Humanos (SEIDH) na Companhia de Desenvolvimento Industrial e de Recursos Minerais de Sergipe (Codise) e na Secretaria de Estado da Educação (SEE).

De acordo com **Waneska** e **Dona Fátima**, integrantes da OCS:

"Tudo aqui é plantado com muito amor e carinho, o que vendemos na feira é a mesma qualidade que comemos. Nosso produto é um remédio natural, é vida! Tem clientes desde o início da feira, aqueles que confiam e valorizam a produção agroecológica."

A experiência familiar, nomeada **Mudança de Vida, em Cerro Grande do Sul**, na Estrada do Indaiá, foi motivada com a formação da OCS. O grupo familiar responsável pela produção de hortifrutigranjeiros integra jovens, comercializando PAA, PNAE e em feiras agroecológicas na sede do município.

Em Santiago, Rio Grande do Sul, é desenvolvida a apicultura orgânica, gerenciada por **Delci Pozzatto**, com a participação de sete mulheres e dois homens de um mesmo núcleo familiar. Desde 2000 possui certificado orgânico de seus produtos, através da certificadora IMO Brasil e da Rede Ecovida de Agroecologia. Além do mel de abelha, produzem hortaliças e frutas, também com certificação. A comercialização do mel de abelha via PAA foi interrompida devido a cortes de recursos pela prefeitura. Contudo, seguem acessando a modalidade Compras Institucionais, entregando pequenas quantidades para os quartéis do exército, e comercializando por encomendas com supermercados e em feiras.

Programas de compras públicas – PAA e PNAE

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) são importantes políticas de comercialização para agricultura familiar e para a promoção de alimentação saudável. O PNAE, com a Lei 11.947/2009, que define a destinação de no mínimo 30% dos recursos para a compra dos alimentos diretamente da agricultura familiar, tornou-se uma importante fonte de renda. Ambos são programas que resultaram da histórica organização e luta dos movimentos sociais do campo, entre eles o movimento sindical dos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Cada qual com suas normas próprias funciona por meio de chamadas públicas, mas seus níveis de exigência nem sempre se adequam às condições e contextos diferenciados da agricultura familiar, e o excesso de burocracia nos procedimentos tem dificultado o acesso de vários grupos e famílias. O PAA, especialmente na modalidade Compra com Doação Simultânea, se mostrou um instrumento importante para a comercialização dos produtos cultivados pelas mulheres nos quintais ou em áreas próximas à casa.

Entre as 61 experiências mapeadas, 26 acessaram ou acessam o PAA e o PNAE. Essas experiências revelam a importância da organização da agricultura familiar em grupos e associações, e da articulação com organizações de apoio para facilitar o acesso a essas políticas de compras públicas.

A Associação do Alto Santa Rosa, das mulheres ribeirinhas de Pedra de Maria da Cruz, em Minas Gerais, tem comercializado os produtos da horta comunitária por meio do PNAE, e no próximo ano irão fornecer para o Instituto Federal Norte de Minas – Campus Januária, por meio da modalidade Compras Institucionais do PAA. Para tanto, contam com o apoio do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Emater e prefeitura. Recentemente passaram a ter o apoio do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, a partir da Comissão Municipal de Trabalhadoras Rurais, da qual fazem parte representantes da Associação.

Ainda em **Minas Gerais, o Sítio Bom Sucesso, no município de Guidoval**, é considerado por sua experiência bem-sucedida, com destacada importância da comercialização via PAA e PNAE. Desde a sua origem, a experiência conta com a parceria permanente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Guidoval e o apoio do Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA).

A produção agroecológica familiar, desenvolvida no **Projeto de Assentamento Imbauzinho, município de Ortigueira, Paraná**, é comercializada por meio do PNAE e PAA municipal, com a entrega de sacolas agroecológicas em 14 escolas municipais. A produção diversificada de hortaliças e frutas também é comercializada em feiras no município. O desenvolvimento da experiência tem contado com as parcerias permanentes e eventuais do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, Rede Ecovida, Cooperativa de Crédito, Emater e Prefeitura.

Por outro lado, grande parte das experiências mapeadas não tiveram acesso ao mercado institucional, e outras deixaram de acessá-lo por encontrar dificuldades diante das exigências ou no processo mesmo de comercialização.

Dona Ana, do Crato, Ceará, relata que tanto ela quanto outras mulheres **do PA 10 de Abril** deixaram de acessar o PAA e o PNAE por vários motivos, dentre eles as exigências documentais, os prejuízos causados pela atraso da equipe responsável por recolher os alimentos, o valor da remuneração e a demora no pagamento. Atualmente, Dona Ana comercializa sua produção na feira agroecológica organizada pela Associação Cristã de Base (ACB), na feira anual Exproaf – Exposição dos Produtos da Agricultura Familiar do Cariri –, que acontecem na sede do município. Participa ainda das feiras itinerantes da Rede de Feiras Agroecológicas do Cariri, uma iniciativa da Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Populares e Solidários da Universidade Federal do Cariri (UFCA). Na capital do estado, ocorre anualmente a Feira Cearense da Agricultura Familiar (FECEAF), da qual as agricultoras do Cariri também participam. Contudo, Dona Ana ressalta a importância das vendas na comunidade, por encomenda e porta a porta na cidade, além da reserva dos produtos destinados à doação. Todo esse engajamento na comercialização tem o apoio imprescindível da Associação Cristã de Base, do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais e da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Ceará – FETRAECE.

Situação semelhante foi vivenciada por **Dona Rosa**, **do PA Nova Esperança**, conhecido como Monte Santo, em **Gararu, Sergipe**. Ela e outras companheiras acessaram o PNAE, mas em função dos atrasos no pagamento pelos produtos fornecidos, deixaram de acessá-lo. Todavia, a Associação de Cooperação Agrícola do PA Nova Esperança de Baixo (ACANEB), da qual Dona Rosa foi membra fundadora e presidenta, engajou-se na organização da feira agroecológica no município. O trabalho da Associação foi reconhecido pelo Projeto Dom Hélder Câmara, que doou uma cozinha industrial para o beneficiamento dos produtos. A Associação contou ainda com apoio do Centro Dom José Brandão de Castro (CDJBC) e da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), fundamentais para o desenvolvimento da experiência.

A produção de polpas de frutas desenvolvida na **Fazenda Jardim I em Floresta, Pernambuco**, já foi comercializada via PAA, e atualmente é destinada ao mercado local e a vendas porta a porta. O terreno antes considerado improdutivo, com manejos sustentáveis e práticas agroecológicas, em oito anos de trabalho se tornou um solo fértil com diversidade de frutas e outros cultivos. **Dona Alvaní** informa que eventualmente recebem a assessoria e apoio do Instituto Agronômico de Pernambuco (IPA), e o grande desafio é a organização e articulação de parcerias para desenvolver a comercialização.

Organização, parcerias e trabalho em rede

A organização política e econômica da agricultura familiar é fundamental no processo de transição e construção da agroecologia. Esse processo se fundamenta em concepções e práticas de desenvolvimento sustentável que tornam possível a transição da agricultura convencional para a agricultora de base agroecológica. Para tanto, a participação sindical, a organização em grupos e associações fortalecem a agricultura familiar e possibilitam a realização de parcerias e a integração em redes.

As experiências revelam a importância das parcerias em diferentes etapas do seu desenvolvimento. Em algumas situações, a parceria cumpre o papel de fomentar a organização e estimular a iniciativa, mas em geral a atuação das organizações parceiras contribui para a viabilidade da experiência, seja por meio de assessoria técnica, diferentes formas de capacitação, como dias de campo e intercâmbios de experiências. Exerce, ainda, papel de grande importância na mediação com gestores públicos, facilitando o acesso à infraestrutura e políticas públicas.

As organizações parceiras também contribuem no processo de resistência das comunidades, na defesa dos direitos à terra e ao território.

A **Comunidade Quilombola de Abacatal, em Ananindeua, Pará**, em sua trajetória de resistência tem o apoio e parceria da Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombo do Pará (Mulungu), da Federação dos Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), Comissão Pastoral da Terra (CPT) e da Cáritas. Com o apoio dessas e outras organizações, a Comunidade elaborou um Protocolo de Consulta baseado na Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho, para garantir que seja consultada sobre a instalação dos grandes projetos que irão afetar a comunidade.

O **Acampamento Tiradentes, em São Sebastião, Distrito Federal**, tem o apoio de instituições, como o Instituto Federal do DF, de organizações não governamentais, como a Casa Frida e a Horta Orgânica Comunitária Girassol.

O apoio dessas organizações é essencial para a resistência das famílias e a sustentação da sua experiência organizativa. A importância do movimento sindical é destacada pelo apoio político, por possibilitar o acesso à informação e a participação na Escola Nacional de Formação da CONTAG (ENFOC).

Das 62 experiências mapeadas, 51 contam com parcerias permanentes ou eventuais, fruto da organização e capacidade articulatória da agricultura familiar, por meio de grupos, associações e sindicatos. Dentre as organizações parceiras e que apoiam as experiências, várias integram a Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA) e a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA).

A assistência técnica, embora não abranja todas as experiências, e quando oferecida nem sempre seja de forma continuada, tem sido realizada pelas empresas governamentais e organizações da sociedade civil. Algumas experiências recebem o apoio do Sebrae, de órgãos governamentais e prefeituras.

Em todas as situações, a organização da agricultura familiar e as parcerias são imprescindíveis para o desenvolvimento e sustentação das experiências. De forma isolada, por maior que sejam o empenho e a dedicação, as experiências ficam fragilizadas e não tem como avançar. A agroecologia se constrói com organização, intercâmbio de experiências, partilha de saberes, geração do conhecimento, interlocução permanente entre agricultoras e agricultores, mulheres, homens, jovens.

Apoio e parceria do MSTTR

O 12º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares, realizado em 2015, contexto no qual o MSTTR assume a representação específica da agricultura familiar, debateu os elementos estruturantes do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PADRSS), para orientar seu Plano de Lutas. Nessa perspectiva, o Congresso reafirmou a agricultura familiar como base estruturadora do desenvolvimento rural sustentável associada, entre outros, à soberania e segurança alimentar e nutricional, à preservação e conservação ambiental e ao desenvolvimento regional e territorial. A transição agroecológica, assumida como condição essencial para o desenvolvimento sustentável e solidário, requer do movimento sindical a articulação de alianças políticas e parcerias com movimentos sociais, organizações não governamentais, instituições de ensino e pesquisa e outros.

As experiências mapeadas registram o apoio permanente de vários sindicatos, e o investimento em articulações com gestores locais, instituições e organizações da sociedade civil para a promoção de atividades de intercâmbio, formação e assistência técnica, projetos de tecnologias sociais, orientação para o acesso a políticas de apoio à produção e comercialização, e outros.

Para ser mais preciso, das 62 experiências mapeadas, 24 contam com diferentes formas de parceria do sindicato para a sua realização:

articulação de reuniões com organizações de assessoria técnica, atividades de formação sobre agroecologia; promoção e apoio para realização de intercâmbios e dias de campo; apoio para acessar o Pronaf e as chamadas públicas do PAA e PNAE; promoção e articulação de feiras municipais; lançamento de publicação sobre plantas alimentícias não convencionais (PANCs), cursos sobre alimentação saudável.

A principal atuação do sindicato, registrada em 25 experiências, é destacada como de caráter organizativo, com realização de mobilizações e reuniões para orientações diversas aos seus associados e associadas e estímulo à organização das famílias em grupos e associações. No conjunto das experiências, 9 registraram não ter relação com o sindicato e 4 não fizeram nenhum registro a respeito.

O mapeamento das experiências não explicita o processo organizativo das mulheres nos sindicatos, embora deixe entrever que as mulheres são associadas e algumas protagonistas das experiências já foram ou são dirigentes do sindicato. Contudo, essa informação não significa necessariamente que o sindicato seja parceiro e apoie a experiência.

Alguns registros explicitam melhor a relação da experiência com o sindicato. A experiência das mulheres de **Igarapé-Miri** na organização da produção e promoção de feiras da agricultura familiar nasceu da iniciativa da diretora da Secretaria de Mulheres, Benedita Carvalho, conhecida como Bena, articulada à Associação de Mulheres do Município. O trabalho se consolidou e faz parte do plano de ação do sindicato.

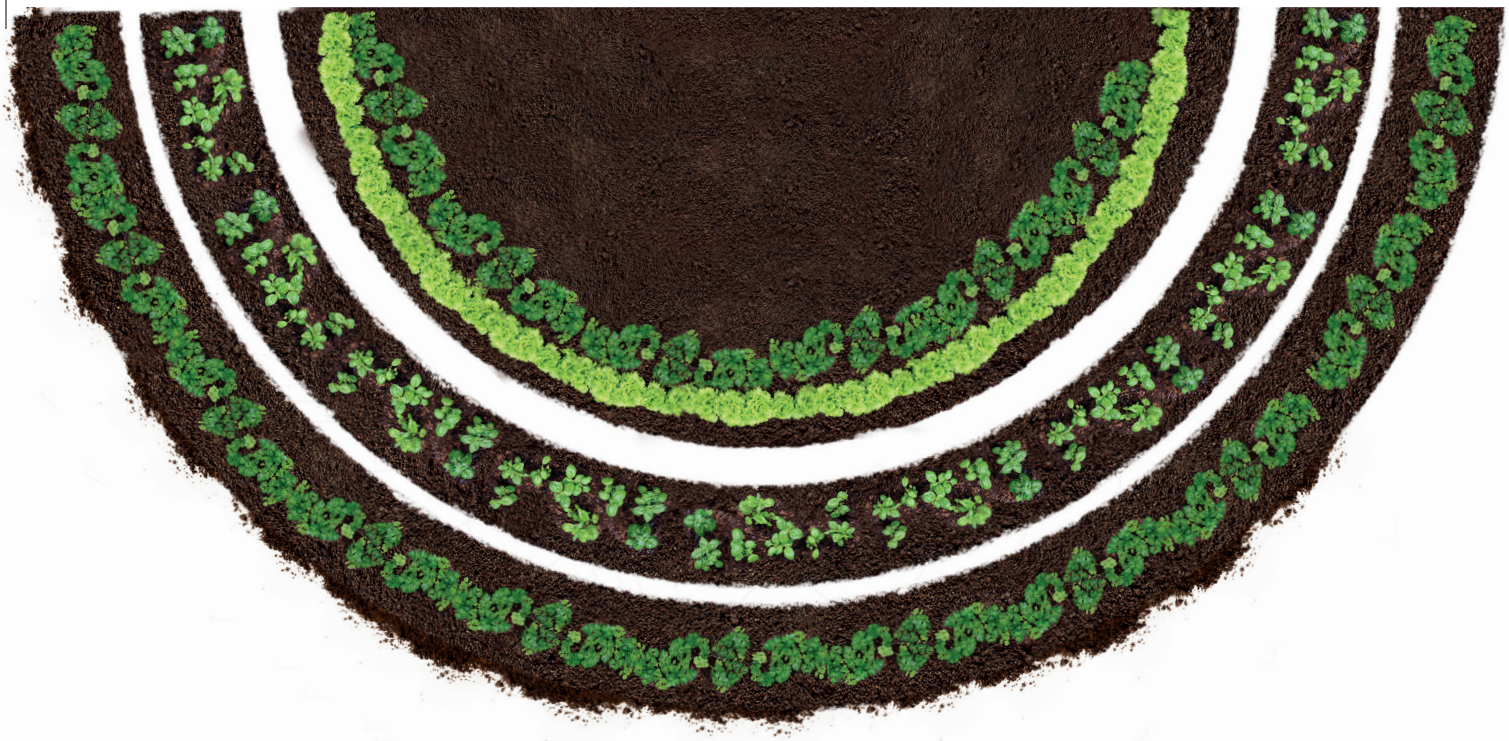
Em Minas Gerais, a experiência da **Associação de Mulheres do Alto Santa Rosa, em Pedras de Maria da Cruz**, passou a contar com a parceria do sindicato a partir da organização recente da Comissão Municipal de Mulheres Trabalhadoras Rurais, da qual participam integrantes da Associação. Em **Ibirité, Minas Gerais**, uma das protagonistas da experiência é presidenta do sindicato, e este é parceiro, assim como a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetaemg).

A experiência denominada Agroecologia e Desenvolvimento Socioambiental Comunitário na Agrodóia, desenvolvida na **Serra dos Paus Dóias, município de Exu, Pernambuco**, conta com o apoio de várias organizações. O sindicato já teve uma relação maior com a Associação e o desenvolvimento da experiência. Contudo, à medida que a experiência deslanchou com diferentes parcerias, tanto permanentes como eventuais, o sindicato passou a priorizar outras iniciativas. Essa medida foi bem aceita, e o fato de um dos diretores do sindicato integrar a comunidade contribui para manter viva a relação.

Ainda em **Pernambuco, município de Sertânia**, diretoras do sindicato desenvolvem a experiência de fabricação de vassouras de garrafa pet e sabão de óleo de cozinha usado. Os trabalhos envolvem mulheres de várias comunidades e assentamentos e são realizados na sede do sindicato.

Além dessas há outras experiências mapeadas nos estados do Ceará, Piauí, Rondônia, Paraná, Rio Grande do Sul, que deixam claro o envolvimento das mulheres sindicalistas com as experiências, e o compromisso dos sindicatos com os processos de transição agroecológica.

Certamente se pode deduzir a importância da atuação dos sindicatos na construção das experiências. Atuação esta que reflete a "capacidade de mudar o modo de fazer sindicalismo" na perspectiva de uma agricultura sustentável e solidária, com estratégias, planos de ação e práticas que promovam a transição agroecológica, conforme orienta o 12º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agriculturas Familiares.



Construção do conhecimento agroecológico

A agroecologia integra as práticas de sucessivas gerações das comunidades tradicionais, da agricultura familiar e camponesa, embora só nos últimos anos o termo agroecologia se torne amplamente conhecido. A agricultura familiar de base agroecológica integra os saberes, as experiências agroecológicas e o conhecimento que se produz a partir destes. Assim acontecem os saberes das mulheres sobre as atividades na agricultura, saberes que percorrem gerações, que aprenderam com suas mães e avós, que por sua vez aprenderam com suas antepassadas. Trata-se de saberes tradicionais, adaptados a diferentes ecossistemas, difundidos e aprimorados cotidianamente nos grupos de mulheres, nas comunidades, pelos movimentos, nos intercâmbios de experiências, dias de campo e outras atividades de formação em agroecologia.

Os quintais cultivados pelas mulheres, além de ser fonte de sustentação da agricultura familiar, de segurança alimentar e nutricional e renda, são verdadeiras áreas de pesquisa e experimentação. Nos quintais são testadas diversas espécies e variedades de sementes e mudas, assim como formas adequadas de manejo, de modo a possibilitar a adoção de cultivos e práticas nos roçados. O trabalho das mulheres na agricultura, que não se limita aos

quintais, tem sido desvalorizado, entendido como de caráter meramente complementar ao trabalho dos homens. Ainda persiste essa desvalorização dos quintais, o descrédito na iniciativa das mulheres, tanto em alguns movimentos, entre famílias e comunidades e no âmbito de organizações e órgãos públicos. Contudo, essa realidade vem apresentando mudanças com a auto-organização e persistência das mulheres no desenvolvimento das experiências agroecológicas, com a mobilização e lutas por reconhecimento, políticas públicas e conquista de autonomia pessoal e financeira.

A construção do conhecimento agroecológico se faz com os saberes tradicionais e os conhecimentos produzidos pelas agricultoras e agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais, associada às práticas de assistência técnica (ATER), pesquisa e ensino. Nessa perspectiva é fundamental a educação do campo, as Escolas Família Agrícola, que valorizam e integram os saberes tradicionais às práticas pedagógicas. Por outro lado, é de fundamental importância no processo de construção do conhecimento agroecológico que os cursos técnicos e universitários, em grande parte orientados pela perspectiva tecnológica da agricultura convencional e do agronegócio, integrem agroecologia em suas grades curriculares.

As experiências comprovam a importância do acesso à assistência técnica continuada para o seu aprimoramento e para a adoção de tecnologias adaptadas às realidades socioambientais e diferentes contextos e dinâmicas da agricultura familiar. Entretanto, esse também é um desafio comum, principalmente quando se trata da ATER para mulheres.

A reflexão sobre as experiências visitadas e apresentadas durante as oficinas regionais identificou a importância estratégica da atuação da Escola de Formação da CONTAG (ENFOC), para a qualificação e fortalecimento dos processos de transição agroecológica estruturantes do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário.

As práticas de troca e intercâmbio de experiências e os dias de campo são destacadas na maioria dos registros, demonstrando sua vasta importância para alimentar a persistência das mulheres frente ao descrédito nas suas iniciativas, para a sensibilização, convencimento e adoção da agroecologia.

O III Encontro Nacional de Agroecologia comprovou a importância da articulação das experiências agroecológicas em redes territoriais para a expansão e construção do conhecimento agroecológico.

5 – PARA SEGUIR NA TRAJETÓRIA AGROECOLÓGICA – DESAFIOS E PERSPECTIVAS

As experiências agroecológicas que compõem esse mapeamento revelam uma ampla diversidade socioambiental, de formas organizativas e fluxos da produção, de relações sociais. Mas, sobretudo, em contextos adversos, marcados por profundas desigualdades, as experiências são reveladoras de processos que transformam a agricultura familiar e promovem expressivas mudanças na vida das mulheres.

O protagonismo das mulheres na agroecologia é sempre evidenciado, desde a inciativa de desenvolver a experiência, como em todos os espaços em que se realiza, nas relações que se renovam e se constroem, na família, na comunidade, com as pessoas da cidade que passam a conhecer e desfrutar da agroecologia.

Historicamente as mulheres promovem a agroecologia, e é inegável a afirmativa de que a agroecologia tenha nascido pelas mãos das mulheres. Contudo, as experiências são reveladoras de uma forte relação de reciprocidade entre as mulheres e a agroecologia. Ou seja, assim como as mulheres promovem a agroecologia, a agroecologia promove mudanças na vida das mulheres. São mudanças na qualidade de vida que se torna saudável, mas especialmente nas relações interpessoais, na família e comunidade. As práticas agroecológicas se nutrem dos saberes, das histórias de vida, de diálogos, trocas e intercâmbios, das formas associativas e solidárias, da construção social do conhecimento. São processos dinâmicos que favorecem a conquista da autonomia pessoal e financeira das mulheres. Não se trata de conquistas imediatas, mas que se realizam em trajetórias de muitos esforços, conflitos, enfrentamentos e, principalmente, resistência e perseverança.

Por isso são experiências vitoriosas desde as primeiras iniciativas, pois apostam no bem viver e vencem o descrédito, conquistam confiança e são capazes de envolver as pessoas da família e promover mudanças nas relações. Também não são mudanças imediatas, pois abrangem dimensões subjetivas e objetivas, que envolvem autovalorização das mulheres, deslocamentos nos papéis e comportamentos desempenhados na família, que tem sua melhor expressão na divisão justa e igualitária do trabalho doméstico. E, de forma mais abrangente, significa que Sem feminismo não há agroecologia.

Muitos são os desafios, e a cada etapa vencida novos desafios se apresentam, reveladores de processos em permanente construção.

Ainda que as experiências apresentadas estejam em níveis distintos de desenvolvimento, com algumas muito recentes e outras já consolidadas, os desafios são comuns, sobretudo quando se trata de enfrentar o modelo hegemônico. A ofensiva do agronegócio está sempre presente, desde a ideia difundida diariamente sobre sua capacidade de produzir em grande escala, às ameaças permanentes de domínio sobre as áreas de agricultura familiar, de violência contra comunidades tradicionais, de contaminação dos cultivos agroecológicos pela pulverização de agrotóxicos sem nenhum controle.

Essa ofensiva se faz presente na vida cotidiana, com os produtos das grandes redes de supermercado, que competem com as feiras-livres e agroecológicas. O que agrava essa concorrência tão desigual é a falta de

infraestrutura, principalmente, estradas e transporte, para que os produtos possam ser levados para comercialização na sede do município e em outros mercados da região.

Por outro lado, há também muitos consumidores que preferem alimentos saudáveis e tendem a optar pela busca de produtos orgânicos nos supermercados, sem saber a distinção entre os grandes produtores de orgânicos e a agricultura familiar agroecológica.

Nesse quadro de desigualdade e desinformação, muitas das experiências mapeadas identificam o necessário investimento em campanhas que divulguem informações sobre os altos índices de contaminação dos alimentos, os crescentes casos de intoxicação que comprometem a saúde e a segurança alimentar e nutricional. Outro destaque comum a várias experiências é a importância de se investir na construção social de mercados com a criação e expansão das feiras, na articulação com segmentos organizados da sociedade e estímulo aos grupos de consumidores, tanto aos já existentes como para a formação de novos grupos.

A expansão e fortalecimento da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e pela Vida e a defesa da implantação do Programa Nacional de Redução do Uso de Agrotóxicos, elaborado no âmbito da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, são medidas essenciais para avançar na promoção da agroecologia.

Algumas experiências destacam o esforço de proteger os cultivos mantendo distância das áreas de divisa da propriedade e outras buscando desenvolver sistemas agroflorestais. Entretanto, tais esforços são limitados por se tratar de pequenas áreas, muitas cercadas pela contaminação.

O envolvimento das juventudes, os processos de sucessão rural são essenciais para a expansão de experiências agroecológicas e a garantia de um campo com gente e agricultura com agricultores. Para tanto é essencial o investimento tanto em educação do campo, em cursos técnicos e universitários que tenham orientação agroecológica, como em práticas formativas, intercâmbios, para a adoção de tecnologias sociais, técnicas de manejo e conhecimentos agroecológicos.

A maior parte das experiências mapeadas não conta com assistência técnica, e esta ausência é identificada como um dos grandes problemas enfrentados, ao lado da insuficiência e dificuldade de acesso a políticas públicas de apoio à produção e comercialização.

Outra questão diz respeito ao sistema de inspeção sanitária, cujas normas são excludentes e inadequadas à realidade da agricultura familiar, inibem a produção, dificultam e impedem a comercialização dos alimentos nos mercados formais, inclusive nos programas de compras públicas, PAA e PNAE.

Entre dificuldades e conquistas, as experiências enfatizam as conquistas, a começar pela mudança de padrão do autoconsumo, pelas novas sociabilidades, pela convivência gratificante com a terra e a natureza, pelas diversas formas e expressões de vida que compõem o bem viver, que resultam das práticas e relações agroecológicas.

As mulheres que protagonizam as experiencias que compõem esse mapeamento revelam, sim, limitações e vários desafios na construção agroecológica, como a disponibilidade e garantia de sementes crioulas, o desenvolvimento de técnicas e recursos para a produção de ração, controle de pragas e reaproveitamento dos recursos naturais, dentre outros. Contudo, tais limitações e desafios não reduzem a importância das iniciativas e experiências que compõem os processos de transição agroecológica. Ao contrário, o mapeamento realizado é revelador da agroecologia como processo em que se articulam saberes e práticas, organização e movimento, em permanente construção.

As experiências convergem, sobretudo, para reforçar a importância estrutural da terra e da água e do firme investimento nos processos de transição agroecológica para que se concretize o Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário defendido pelo movimento sindical de trabalhadores rurais, agricultores e agricultoras familiares representado pela CONTAG.

A primeira etapa do mapeamento das experiências agroecológicas das mulheres, compartilhada nesta publicação, traz aprendizagens, inspirações e desafios para fortalecer as lutas agroecológicas, num contexto que nos exige avançar, de forma combinada, na defesa da agroecologia e democracia – denunciando o golpe, os desmontes das políticas públicas e todo o tipo de opressão produzida pelo capital e anunciando a importância da agroecologia para a construção de um país justo, democrático e soberano. Dois importantes processos integram e animam esta caminhada de luta: o IV Encontro Nacional de Agroecologia e a Marcha das Margaridas 2019.

Em 2018 se realiza no Parque Municipal, coração da cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, o IV Encontro Nacional de Agroecologia com o lema “Agroecologia e Democracia, Unindo Campo e Cidade”. Sua

carta convocatória ressalta, dentre os sentidos políticos, “Revigorar o movimento agroecológico, acenando para o papel protagonista das mulheres, das juventudes, dos sujeitos coletivos das florestas, das águas, dos campos e das cidades”. A perspectiva de reunir 2000 participantes, com paridade entre homens e mulheres, se amplia com o envolvimento da população da cidade e nos desafia a aprofundar as lutas feministas agroecológicas.

A Marcha das Margaridas 2019, em pleno processo de construção – a partir da mobilização, debate e incidência política nos territórios –, lança o grito que vem das mulheres do campo, florestas e das águas por democracia com garantia de direitos. Sentindo na pele os efeitos cruéis das medidas neoliberais e antidemocráticas, colocadas em curso desde o golpe de 2016, as Margaridas seguem em marcha na defesa do direito à terra, aos territórios, à água e à agroecologia, reafirmando as lutas feministas das mulheres rurais, por um mundo sem violência, em que as mulheres sejam realmente livres.

Por todo o caminho percorrido até aqui, não resta dúvida de que mapear é ato de resistência, é processo que nos encoraja à luta. que nos fortalece em coragem e garra para seguirmos em MARCHA.

SEM FEMINISMO NÃO HÁ AGROECOLOGIA!

BH / MG / 2018

IV ENA

ENCONTRO NACIONAL DE AGROECOLOGIA

AGROECOLOGIA E DEMOCRACIA UNINDO CAMPO E CIDADE

EXPERIÊNCIAS DE MULHERES NA AGROECOLOGIA

UF	MUNICÍPIO/Comunidade	IDENTIFICAÇÃO	RESPONSÁVEL PELAS INFORMAÇÕES
DF	São Sebastião – Acampamento Tiradentes	Agroecologia na Luta pela Terra	Dona Zefa
CE	Independência - PA Cachoeira do Fogo	Artesanato de Barro	Marilene A. Silva; Maria Alves M. Sousa; Sandra A. de Freitas
	Crateús - Comunidade S. André	Produção Agroecológica	Relciana Lima
	Crato - PA 10 de Abril	Mulheres na Produção Agroecológica	Franci Oliveira
	Ibiapina - Com. Jurema Norte	Quintal Produtivo	Maria Salete do Nascimento
	Forquilha - Com. Caiçaras Cajazeiras	Mulheres em Ação	Francisca de Sousa Araujo
	Forquilha - Com. Cacimbinhas	Roçado Agroecológico Mãos à Obra	Antônia Greysa L. Marques
	Novo Oriente - Com. Barriguda	Produção Agroecológica	Maria Erilene M. de Oliveira
	Caucaia - PA Capim Grosso	Projeto de Assentamento	Experiência Visitada
	Potiretama - Com. Catingueirinha	Casa de Sementes	Rosângela Moura
MA	Urbano Santos- Com. S. Raimundo	Coletoras de Bacuri, Pequi	José Antônio Basto
	Urbano Santos - Com. Quilombola Santa Maria e Com. Bom Princípio	Produção de Farinha	José Antônio Basto
	Urbano Santos – Com. Cajazeira e Bebedouro	Quebradeiras de Coco Babaçu	José Antonio Basto
	Maranhãozinho PA Centro dos Martins Agricolândia	Associação Agricomel	Antônia Lopes de Araújo Silva
	São Luís - PA São Joaquim	Experiência Agroecológica D. Edineide	Edineide Diniz
	São Luís – Com. do Arraial	Experiência Fam. Dona Maria Antônia	Maria Antônia Pereira da Silva
PE	Trindade - Sítio Riacho Novo	Canteiro Agroecológico D. Dudu	Luzinete Silva Reis
	Bom Jardim – Com. Barrancos	Experiência Agroec. Eliene Hermínio	Eliene Hermínio S. Pedro
	Sertânia	Produção de Vassouras	Marilene Barbosa de Lima
	Floresta - Fazenda Jardim I	Produção de Polpas de Frutas.	Alvaní Barros
	Granito - PA Nova Esperança II	Grupo de Mulheres Semeando Esperança	Fabia Alves Belém
	Araripina - Sítio Cansanção	Banco de Sementes Crioulas	Cledilma Sousa Lima
	Exu - APA Araripe - Serra dos Paus Dóias	Agroecologia e Desenvolvimento Socioambiental Comunitário	Maria Silvanete B. Lermen
PI	Amarante - Com. Lagoa	Horta comunitária	STTR de Amarante
	José de Freitas - PA e Comunidade	Associação de Mulheres Produtoras Rurais na Ag. Fam. de José de Freitas.	Ana Maria dos Santos
	União - Lagoa do Governo	Agroecologia Mulheres Decididas	Francinete Veras
	Piripiri - PA Cachoeira e Residências Com. Canto, do Araçá e Gia	Quintais Produtivos de Piripiri	Cristina Camelo
SE	Japoatã - PA Ladeirinha A	Experiência Agroecológica do Baixo S. Francisco	Maria Faraildes Alves Dantas
	Gararu - PA Nova Esperança	Experiência Agroecológica Dona Rosa	Rosileide Santana
	Capela - PA 13 de Maio, Com. Quilombola de Pirangi	OCS do Território Leste de Sergipe	Waneska dos Santos Silva
	Porto da Folha - Com. Lagoa da Volta	Associação de Mulheres de Lagoa da Volta.	Maria Aparecida da Silva

UF	MUNICÍPIO/Comunidade	IDENTIFICAÇÃO	RESPONSÁVEL PELAS INFORMAÇÕES
AM	Autazes - PA Novo Jardim	Agroecologia e Sustentabilidade	Maria do Rosário F. Barba
AC	Baixo Acre - PA	---------	Fátima Maria Pedrosa Maciel
PA	Ponta de Pedra - Com. Santana do Arari. PAE Ilha Santana	Grupo do Uiramuru	Ana Arlete S. da Conceição
	PA	Cultivo de Verduras	Francinelza, Aline e Maria Antônia
	Ananindeua - Comunidade Quilombola de Abacatal	Grupo de Mulheres da Comunidade Quilombola de Abacatal	Geralda
RO	Jaru - Linha 621, KM 10,5	Mulheres na Produção Agroecológica	Rosalina Maria Crepalde
	RO	Associação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Esperançosas de Rondônia - ATRERON	Nerci Senhora dos Santos Analice Alves do Santos
	Nova Mamoré	Agroecologia Familiar	Ângela Maria Morato Barreto
	Ji-Paraná Linha 86, Setor Riachuelo	Associação das Mulheres Agroecológicas do Riachuelo - AMARI	Creonice Vilarim
	Porto Velho - Linha H-32, KM-09	Agroecológica	Edna Lima Garcia Somera
	Vilhena - BR 174, km 25	Agroecologia Setor Cooperfrutos.	Eliane Ritter Ott
	São Francisco do Guaporé - Linha 4, KM 7 - PA Gogó da Onça	Produção Agroecológica.	Rosiléia da Silva Inácio
ES	Santa Maria de Jetibá Alto S. Maria	Sítio Lino Tesch	Selene Hammer Tesch
MG	Ibirité	Assoc. Agric. Agroecológicos e Biodinâmicos da Serra do Rola Moça e Região de Ibirité	Marlene Antônia e Aparecida do Carmo
	MG	Associação de Mulheres do Alto S Rosa	Domingas de O. Gonçalves
	Turmalina - Mato Grande	Mulheres do Semiárido	Maria do Carmo G. Alves
	Guidoval - Fazenda Bom Sucesso	Sítio Bom Sucesso	Aline Pereira Coelho
RJ	Rio de Janeiro	Exposição DJA Guata Porã e Horta no Museu	Ana Maria Silva Kariri
PR	Altônia - Estrada Mestre Pérola	Vida Saudável no Campo.	Inês Paladini do Valle
	PR	Morangos, Olericultura e Cítricos.	Marucha Vettorazzi
	Ortigueira - PA Imbauzinho	Exposição Agroecológica Familiar	Vilma Gomes Pego
RS	Santo Antônio da Patrulha Com. Passo do Sabiá	Chácara Dente de Leão	Sheila Peirot Paz
	Bom Princípio - Com. Vale das Flores	Eco Sabores	Adriana Arlete M. Steffen
	RS	Cultivo de Lavanda	STTR Dois Irmãos e Morro Reuter
	Cachoeira do Sul – Com. Rincão dos Mineiros	Campo Livre	Rosana Rocha da Silva
	Ijuí - Comunidade Rincão dos Fabrim	Produção Agroecológica da Regional de Ijuí	Melita Dallabrida
	Cerro Grande do Sul - Estrada do Indaiá	Mudança de Vida.	Laura Rosana da Rocha Renz
	Santiago - Linha 8	Implantação da Apicultura Orgânica	Cristiano Rossignollo
	Santo Antônio das Missões - Com. Rincão Passo Fundo	Transição Agroecológica da Família Froelich.	Emater Santo Antônio das Missões

REFERÊNCIAS

PARA A REALIZAÇÃO DESTE TRABALHO FORAM CONSULTADOS

1 – Mapeamento das Experiências – (Ver quadro anterior)

2 - Relatório da Oficina Regional sobre Organização Produtiva e Construção da Agroecologia pelas Mulheres Rurais. Fortaleza, 04 a 06 de outubro de 2017.

3 - Relatório da Oficina Regional sobre Organização Produtiva e Construção da Agroecologia pelas Mulheres Rurais. Brasília, 09 a 11 de outubro de 2017.

4 - Relatório da Oficina Regional sobre Organização Produtiva e Construção da Agroecologia pelas Mulheres Rurais. Belém, 08 a 10 de novembro de 2017.

5 – Documentos sobre as Marchas das Margaridas (2000, 2003, 2007, 2011, 2015) - textos-base, cadernos para estudos e debates, pautas de reivindicações, respostas do governo federal às reivindicações das margaridas. Disponível em: <http://www.transformatoriomargaridas.org.br/>.

6 - ANAIS do 10º e 11º Congresso Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais. Disponíveis em: <http://www.enfoc.org.br/bibliotecas/index>.

8 - Cartilha – Mulheres e Agroecologia – Publicada pela CONTAG em 2014.

9 - Carta Aberta das Mulheres Trabalhadores Rurais Agricultoras Familiares ao Movimento Sindical. Disponível em: <http://www.contag.org.br/index.php?modulo=portal&acao=interna&codpag=101&id=12524&mt=1&nw=1>.

10 - Carta Política do III Encontro Nacional de Agroecologia. Disponível em: <http://www.agroecologia.org.br/files/importedmedia/carta-politica-iii-ena.pdf>.

11 - Livro: *Mulheres e Agroecologia – Sistematizações de experiências de mulheres agricultoras*. Disponível em: <http://www.agroecologia.org.br/files/importedmedia/mulheres-e-agroecologia-sistematizacoes-de-experiencias-de-mulheres-agricultoras.pdf>.

12 - Livro: *A Sistematização de Experiências, Prática e Teoria para Outros Mundos Possíveis*. Autor: **Oscar Jara Holliday**. 1. Ed. Brasília, DF: CONTAG, 2012.

13 - Livro: *Dossiê ABRASCO – Um Alerta sobre os Impactos dos Agrotóxicos na Saúde*. Disponível em: <https://www.abrasco.org.br/dossieagrotoxicos/wpcontent/uploads/2013/10/DossieAbrasco_2015_web.pdf>.

14 – Livro: *Mulheres e Agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas*. Autora: **Emma Siliprandi**. Editora UFRJ, 2015.

15 – Livro: *A Política Nacional de Produção Orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável*. Diversos Autores. Uma publicação do IPEA, 2017. Disponível em: <http://www.agroecologia.org.br/files/2017/09/144174_politica-nacional_WEB.pdf>.

16 – Construindo um diálogo: Feminismo e Agroecologia - Entrevista com **Maria Emília Pacheco** à *Revista Proposta FASE - A Cidadania das Mulheres*, Dez/Mar -2005, Ano 28/29, Nº 103/104. Disponível em: <https://fase.org.br>.